

ram e mutilaram a cinta intacta das muralhas e dos cubelos, o que lhe fez perder quasi o primitivo aspecto, com grande gáudio da Ignorância Suprema que então se *sentava nas cadeiras do Senado Municipal*.

Trancoso, 30 de Agosto de 1920.

DAVID BRUNO SOARES MOREIRA.

### A Pederneira

**Apontamentos para a história dos seus marcanes, pescadores, calafates e das suas construções navais nos séculos XV a XVII**

É Portugal um povo de navegantes e de homens do mar, e esta marcada e definida tendência, como se tem já dito, muito os aproxima desse pequeno povo que em recuadas eras, saído também dum minúsculo país, dum estreita faixa de terra banhada pelo oceano, percorrerá todas as costas e levará o seu comércio a todos os povos do litoral do Mediterrâneo.

Como os habitantes da Fenícia, os portugueses têm, com efeito, através da sua já longa e gloriosa história, vivido mais do oceano que, numa grande extensão, banha o litoral do país, do que da estreita e também reduzida faixa de terra em que primitivamente a nacionalidade se constituiu e fixou, depois das lutas com Castela e da expulsão definitiva dos mouros dessa tam cubicada, tam fértil e ridente província que formava o antigo reino de Alfagar.

Ao constituir-se a nacionalidade esta tendência já herdada dos antigos povos que dominaram nas costas da península, a configuração do território nacional banhado quasi totalmente pelo oceano, a sua proximidade da Espanha, barreira impedindo a nossa expansão além dos limites interiores, foram causas que nos levaram, mau grado os perigos, os medos e as tenebrosas lendas, a desvendar os inexplorados domínios do misterioso Atlântico.

A índole da raça e o seu espírito audaz, heróico e aventureiro, as nossas tam freqüentes enseadas, os nossos belos portos, tam aptos e propícios ao abrigo e segurança das embarcações, as baías tam abrigadas, os calmos surgidouros das nossas costas, tudo isto, como uma vara mágica, nos impele para o mar e faz deste pequeno povo o herói das mais ousadas navegações.

Logo que se fixou o território que o Conde D. Henrique, com tanta habilidade e denodo, soubera emancipar do jugo de Castela, e depois, após a sua morte, nos primeiros e belicosos anos do governo de seu filho D. Afonso Henriques, um forte instinto de defesa obrigou-nos a pensar na vigilância e guarda da extensa orla das nossas costas. Os ataques das galés e das naus dos piratas serracenos que, sobretudo ao sul do país, constituíam uma constante ameaça e um motivo de continuos sobressaltos, criaram em nós a imperiosa necessidade de equipar uma espécie de armada real e, decerto, das taracenas onde ela se construía e onde se recolhiam alguns dos seus navios. Assim começaram a pouco e pouco òs nossos documentos a registar as várias e primitivas denominações dos nossos primeiros barcos e vasos de guerra, como: a *barcha*, o *barinel*, as *fustas*, mais tarde as *galés*, os *galeões*, as *urcas*, as *naus*, as *zabras*, as *carracas*, as *taforeas*, as *galeras*, as *faluas*, os *patachos*, as *sétias* e, finalmente, as *caravelas*, as quais tiveram a preferência sôbre todos os navios na aventura e exploração dos novos mares e das longínquas e *desvayradas* terras<sup>1</sup>.

A esta primitiva armada e aos seus feitos mais ou menos fabulosos e inverosímeis anda ligada a conhecida lenda de D. Fuas Roupinho, governador do castelo de Pôrto de Mós e fronteiro-mor dos coutos de Alcobaça, salvo milagrosamente pela Senhora da Nazaré de se despenhar, com o cavalo em que montava e quando perseguia uma peça de caça, do soberbo alcantil sobranceiro à praia que desse milagre tomou o nome:

.....  
«Sobre penha que duzentas  
Braças prende ao mar, se viu

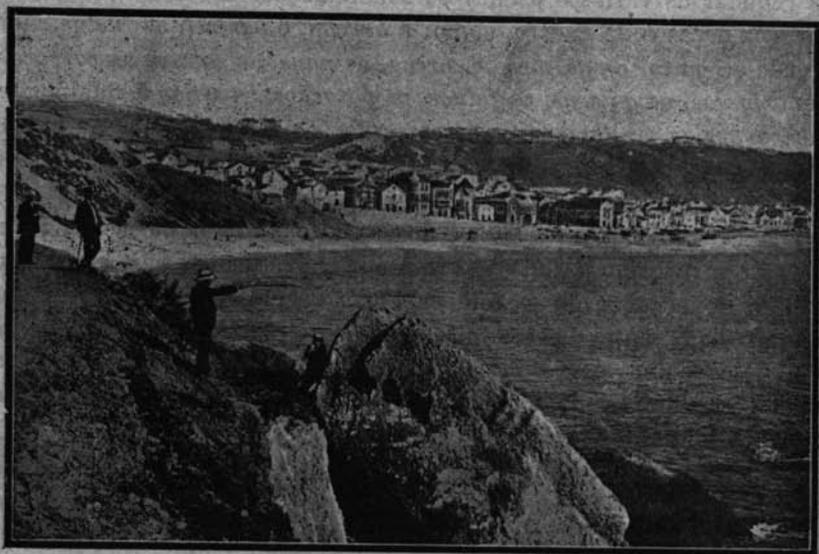
Um cavalo! e o bom D. Fuas  
Que o remessára até ali,  
Saltar por terra clamando:  
«Por ti, Senhora, é por ti!»

Prostrou-se humilde e deu graças,  
Depois benzeu-se e surgiu;  
E ora ouvireis aos monteiros  
Palavras que dirigiu<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Acerca da história dos navios portugueses são autorizadas e interessantes as notícias que nos dão os seguintes trabalhos: General Brito Rebêlo, *Livro da Marinharia*; A. Lopes de Mendonça, *Estudos sôbre os navios portugueses nos séculos xv e xvi*.

<sup>2</sup> Alberto Pimentel, *Historia do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, p. 28.

É no planalto d'este elevado promontório que a antiga crença neste successo e uma tradicional devoção portugueza, coeva da fundação da nacionalidade, fizeram erguer e ampliar, em successivas épocas, o belo santuário e a Casa de Nazaré. Reduzida, a princípio, à Memória que, segundo se diz, fôra mandada erigir pelo próprio D. Fuas para assim perpetuar o milagre que o havia salvado, ella torna-se depois opulenta em largos e rendosos haveres, fazendo ao mesmo tempo crescer não só as dependências do santuário como também a povoação que ali se foi formando com o nome de *Sítio* e a que na colina fronteira existe e forma o velho burgo da Pederneira.



No primeiro plano a praia da Nazaré  
No segundo plano a colina onde assenta o velho burgo da Pederneira

Ambos estes lugares têm as suas tradições ligadas à história das nossas gloriosas armadas, aos sublimes e arrojados tripulantes das nossas caravelas, à população dos nossos mareantes, pescadores e homens do mar.

Ao santuário da sua velha imagem e padroeira iam elles buscar a fé, aquella sublime força espiritual que lhes dava alentos quasi sobrenaturais para tantos trabalhos e que os animava em tantos perigos e sobressaltos. À Pederneira, um dos nossos mais afamados portos de pesca, um dos mais activos estaleiros depois da Ribeira de Lisboa, encomendavam os reis a construção das carcassas das

naus e caravelas e na rude e tisonada população dos seus pescadores se recrutaram muitos dos bravos marinheiros que levaram o vitorioso nome de Portugal às costas da Mauritânia e da África, aos palmares da Índia e a tantas outras longínquas regiões de Além-Mar.

Foi, com efeito, à sombra da casa da Nazaré que começou a desenvolver-se a povoação do Sítio, reduzida a princípio a algumas casas de hospedaria destinadas a albergar os romeiros que, em grande número, ali concorriam das mais remotas terras do país e com representação das mais elevadas classes sociais, desde o rei, príncipes e grandes da corte e do reino, até à plebe anónima que constituía a *arraya meuda* da população portuguesa.

De visitas régias chegou até nós a tradição e notícia das seguintes: D. Afonso Henriques, que ao mosteiro de Alcobaça fez, nesta região, tam amplas e rendosas doações, então septuagenário, foi à Nazaré em piedosa visita ao novo santuário acompanhado do herdeiro do trono que orçava pelos vinte e oito anos. A esta visita régia seguiu-se a de D. Fernando, que pela imagem da Senhora da Nazaré mostrou particular devoção, vindo ele próprio inaugurar, em 1377, a igreja que em 1370 mandara erigir e que depois havia de dotar com os rendimentos necessários para sustentar clérigos e sacerdotes que aí promovessem o culto com maior luzimento. Ali foi depois D. João I, que nas proximidades da Nazaré tam alto havia de afirmar a sua individualidade alcançando para Portugal uma das suas mais belas e importantes vitórias. A este seguiu-se aquela desditosa *Excellent Senhora* e depois D. João II, em acção de graças pelo milagre atribuído à virgem da Nazaré de o ter salvo do perigo que correria na ocasião em que se espantara o cavalo em que costumava montar. Em reconhecimento dessa miraculosa intervenção mandara D. João II fazer a capela-mor da igreja, aonde mandou pôr a sua divisa do Pelicano e as armas reais.

Seguiu-se a esta visita a de D. Manuel I, que mandou fazer os alpendres em volta da igreja, nos quais mandou também pôr a divisa que usava e que era, como se sabe, uma esfera armilar.

D. Leonor, sua terceira mulher, irmã do imperador Carlos V, e que depois de enviuar de D. Manuel casou com o rei de França Francisco I, visitou também o santuário da Nazaré, e por ele mostrou ter especial devoção mandando fazer as torres e o campanário dos sinos.

A romagem que esta rainha fizera ao dito santuário devia ter sido com numeroso acompanhamento de cortesãos e com demora dalguns dias, a julgar pelo curioso mandado que encontramos passado

por Vasco de Pina, alcaide-mor e provedor do convento de Alcobaça, em 23 de Novembro de 1520, para o almoxarife dar a António de Pina, criado do dito mosteiro e pôr conta das suas rondas, 45645 reais que havia despendido na compra das seguintes cousas «para irem à rainha que se achava em Nossa Senhora da Nazaré», a saber:

Galinhas . . . . .	33
Capões . . . . .	14
Perdizes . . . . .	20
Carneiros . . . . .	14
Almudes de vinho . . . . .	6
Maças camoesas e outros frutos <sup>1</sup> .	

Seguiram-se, depois, as visitas régias do malogrado monarca D. Sebastião, do Cardeal D. Henrique, da rainha D. Maria Sofia de Neubourg, segunda mulher de D. Pedro II, de D. José, de D. Maria I e seu marido D. Pedro III, de D. João VI, de D. Pedro IV, ainda príncipe, de D. Miguel e, finalmente, de D. Carlos<sup>2</sup>.

As visitas, porém, que para nós têm mais especial interesse, por se relacionarem com o título deste modesto artigo, são as que ao santuário fizeram Vasco da Gama, o imortal descobridor do caminho marítimo para a Índia, e S. Francisco Xavier, o grande apóstolo do Oriente e que, apesar de espanhol, tam longe e a tam *desvayradas gentes* ensinou o nome de Portugal.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 92, Doc. 123.

<sup>2</sup> *Memorias da Real Casa de Nossa Senhora de Nazareth—Oferecidas a N. Senhora e a todos os seus Devotos—Pelo actual Ermitão da Real Capella de N. Senhora da Nazareth—José d'Almeida Salazar—Anno de 1841—2 tomos mss. Cartório da Casa de Nazaré.*

Tivemos ensejo de visitar este cartório e o seu arquivo na temporada balnear de 1921, o qual nos foi benévola e amavelmente franqueado pelo administrador da Casa da Nazaré, que era então o Sr. Matias, e pelos seus empregados, pelo que lhe consignamos aqui o nosso agradecimento. Agradável nos é registar a excelente impressão que nos deixou o arrumo o bom arranjo do arquivo e a forma da sua escrituração, trabalho iniciado e devido ao belo espírito administrativo de Joaquim Patrício de Almeida, avô do autor das aludidas *Memorias* e um dos mais sábios, honrados e hábeis escrivães que a Casa da Nazaré tem tido, lugar que desempenhou com carácter vitalício e no qual foi provido em 20 de Julho de 1822 com o título de «Ermitão e Mestre de Cerimonias da Real Casa da Nazareth».

O referido arquivo, cuja arrumação e cuidadosa guarda poderiam servir de modelo aos abandonados e desmantelados papéis de algumas Câmaras Municipais,

Vasco da Gama, antes de partir para a sua tam famosa viagem, veio em romaria à Senhora da Nazaré, trocando nessa ocasião a cadeia de ouro que usava sobre o gibão pelo colar de contas que pendia do pescoço da imagem.

A este colar atribui a lenda o milagre de ter salvo as naus da armada, de que elle era capitão-mor, ao passar o Cabo que tam célebre ficou nos anais das nossas jornadas marítimas. Uma tormenta cerrada se levanta nesta altura, conta Marcelino Mesquita<sup>1</sup>, «engrossam os mares, rugem os ventos, desarvoram as naus, perdem-se os lemes e sem lei nem govêrno o perigo é tanto que barcos e vidas ameaçavam de um momento para o outro desaparecerem nas águas. Uma inspiração sublime acode a D. Vasco, vá na fé do cronista: ata um cordel ao colar da Senhora e atira-o ao mar! Era uma vez uma tempestade! Luzem os céus, acalmam-se as ondas, abrandam os ventos e as caravelas seguem, garbosamente, sobre as águas mansas».

Vasco da Gama no regresso da sua gloriosa empresa veio, agradecido e devoto, oferecer à Senhora da Nazaré um rico ornamento que ainda hoje ali se guarda, ficando desde então o costume de virem em romagem ao santuário da imagem milagrosa os pilotos, mestres e marinheiros das naus que da Índia e dos remotos mares do Oriente voltavam saudosos à pátria.

Mais antiga do que a povoação do Sítio e defrontando com o seu promontório, para o lado do nascente, desdobra-se no cume duma colina também sobranceira à praia, mas em declives mais

---

compõe-se, na sua generalidade, de pastas numeradas contendo: sentenças civis desde 1502 a 1862; escrituras de mútuo, algumas de remota era; bulas, breves, provisões e outros documentos relativos a questões com os monges bernardos de Alcobaça e com os beneficiados da Pederneira; vários livros com inscrições dos confrades da igreja, arrematações de lojas, terrados, etc., na ocasião da tradicional festa e romaria da Nazaré; doações feitas a esta Casa; livros de registo e das actas das eleições para deputados e mais cargos da dita Casa; provisões, regimentos e contratos desde 1616 a 1664; registo de várias escrituras desde 1736 a 1837; livro de juros e de foros desde 1692 a 1784; diários de receita e despesa de vários anos; correspondência de diversas autoridades; etc.

O mais antigo documento que ali vimos é o traslado duma sentença de 1502 sobre o litígio que se levantara entre um mordomo da Casa da Nazaré e o vigário da Matriz, pelo facto de este ter exigido a sisa pela venda que aquele fizera de um boi por 800 reais.

A referida sentença confirma o privilégio, alegado pelos mordomos, da isenção das sisas das vendas que realizassem.

<sup>1</sup> *A Nazareth: Sítio e Praia.*

suaves, a casaria da antiga vila, hoje decadente e quasi solitário burgo da Pederneira.

Este nome parece ter tido origem, segundo uns, nas muitas pederneiras que nesse lugar se encontravam; afirmam porém outros, conformando-se com a antiga tradição, que um grande marco de pederneira que os seus primeiros fundadores ou habitantes aí haviam encontrado, e o qual ainda hoje ali existe no local do antigo Rossio, fôra a causa de se dar à vila êsse nome.



Os Paços do Concelho da antiga vila, divisando-se em frente, a servir de pelourinho, o marco que deu origem ao nome de Pederneira

Entre as velhas povoações da nossa costa a Pederneira é uma das que se gaba de ter mais remota antiguidade, pois afirmam alguns antiquários que já em 1195 ela tinha igreja paroquial e já em 1224 funcionava com beneficiados, todos pertencentes, até 1834, ao padroado do rico mosteiro de Alcobaça pela sua primacial doação régia. Um dos mais antigos documentos que encontramos relativos a esta vila é uma doação feita na era de 1259, ano de Cristo de 1221, pela qual um certo padre Gonçalo, prior de S. Pedro da Pederneira, doa ao mosteiro de Alcobaça, por sua morte, uma herdade que se compunha de vinha, casas, pomares e outras terras.

Pela sua antiguidade merece êste documento ser aqui transcrito no seu teor, que é o seguinte:

«Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod ego gonsalvus prelatus ecclesie sancti petri de petrenaria feci domino P. abbati et conuentui alcobatie tale paetum et conuenientiam de una mea hereditate quam habeo infra cautos alcobatie in loco qui dicitur castenaria silicet ut ego plantem et edificem ipsam hereditatem et possi-

deam illam in omni uita mea et post mortem meam remaneat monasterio alcobatie libera de omni contrarietate uel impedimento cum omnibusque cumque ego ibi edificauero plantauero uel conparauero in hereditatibus uineis domibus pomeriis et alijs rebus. Et hoc facio pro remedio anime mee et ut partem habeam de omni bono et moribus que fuerit et sient in alcobacia usque; in finem hoc pactum et conuenientiam istam firmaui ego predictus Gonsalvus in presentia domni P. abbatis et conuentus alcobatie intus in capitulo eorum. Sub. era M. CC. L. IX»<sup>1</sup>.

Além deste documento mais outros dois encontramos relativos à antiga vila da Pederneira, do segundo quartel do século XIII: um deles respeitante à divisão e partilha entre o mesmo padre Gonçalo, prior da igreja de S. Pedro da dita vila e os clérigos seus beneficiados, dos rendimentos da mesma igreja, datado da era de 1262<sup>2</sup>; o outro é uma carta de fôro outorgada pelo convento de Alcobaça aos moradores da Pederneira, no mês de Março da era de 1266, para que pagassem ao dito convento, pela herdade denominada de Pinheiro, junto da referida vila, a quarta parte do pão, a sexta parte do linho, vinho, cebolas, alhos e demais frutos das almoinhas; pelo que respeitava às outras cousas devia observar-se o estipulado no costume da dita vila da Pederneira<sup>3</sup>.

Pretendem porém outros antiquários, seguindo os cronistas da Ordem Cisterciense, nem sempre dignos de inteiro crédito, que a fundação do velho burgo, afamado desde longa data como um dos mais importantes portos de pesca costeira e do alto, se deve attribuir ao abade daquele mosteiro D. Fr. Estevam II, que lhe conferiu carta de foral em 1273 a 1283. Esta última afirmação foi combatida e refutada, com razões de pêso e de lúcida crítica, pelo erudito alcobacense Vieira Natividade, em um folheto que publicou com o título: *D. Fr. Estevam Martins e as escolas publicas do Mosteiro de Alcobaça*. Ali se diz que em nenhum registo sério se fala nos dois forais, de Alju-barrota e Pederneira, dados pelo referido D. Fr. Estevam II, abade cuja existência só se pode aceitar como enigmática probabilidade, provado como está não se conhecer abade algum com esta designação em qualquer documento, a não ser D. Fr. Estevam Martins. Além de que tal foral nunca havia sido referido nas seculares ques-

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Collecção Especial*, Caixa 82, Maço 1.º, Doc. 2.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, Doc. 38.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, Doc. 79.

tões entre o mosteiro e a Real Casa da Nazaré sobre a posse das terras que mutuamente se julgavam usurpadas e que a existência dum foral prévio viria definitivamente resolver.

O que parece fora de dúvida é que os primeiros moradores da Pederneira foram os habitantes de Paredes, e o seu primitivo foral deve ter sido o que a esta última vila se havia concedido e que os seus moradores trouxeram quando se viram obrigados a abandonar a sua pátria arrasada pelas areias do mar, vindo por isso estabelecer-se no sítio da Pederneira.

Assim o comprova a carta de povoação de 28 de Outubro de 1286 concedida a trinta moradores do pórto da dita vila de Paredes, que ficava duas léguas ao norte do burgo da Pederneira, com obrigação de terem sempre prontas seis caravelas para pescaria. E, «pera que acomodassem casa», lhes mandou dar D. Denis, a cada um, seu moio de trigo.

A vila de Paredes havia sido fundada por este providente e laborioso monarca, que lhe deu carta de foral em Coimbra a 17 de Dezembro de 1282, e pouco depois uma outra carta ampliando-lhe os privilégios, também dada em Coimbra a 20 de Setembro de 1286. Em 1500 já a antiga vila estava completamente invadida pelas areias e de todo arrasada em proveito da próxima vila da Pederneira que, com os sucessivos êxodos dos habitantes de Paredes e a total ruína desta antiga povoação, ia vendo aumentar os seus primitivos limites. Haviam sido estes fixados pelo bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães, em 9 de Dezembro de 1296, relativamente às freguesias dos Coutos de Alcobaça, anexando à vila da Pederneira a serra da Pescaria, a Granja e o Valado com todos os seus termos, limites definitivamente rectificadas depois em 1321 pelo diploma vulgarmente chamado carta de povoação. A esta providência seguiu-se mais tarde a nova carta de foral que o monarca D. Manuel concedeu à vila, dado em Lisboa em 1 de Outubro de 1514, diploma que manda aplicar à Pederneira as disposições gerais do foral que na mesma data havia sido concedido à vila de Alcobaça e que foi depois reformado em doze capítulos por sentença de 6 de Julho de 1566.

Este foral era a sanção dos vários privilégios que os monarcas antecessores a D. Manuel haviam concedido à Pederneira e aos seus pescadores, calafates e mareantes, reconhecendo assim a importância e o progressivo desenvolvimento que a indústria da pesca e a das construções navais ia assumindo na sua costa tam rica e abundante de saborosas e afamadas pescarias, no seu belo e laborioso pórto naturalmente abrigado pelo alcantilado promontório do Sítio da Na-

zaré. Estes factores, juntos à fama milagrosa do santuário que lá em cima se ergue dominando a imensidade do oceano, foram as causas determinantes da prosperidade e do engrandecimento populacional que o antigo burgo logrou atingir. O seu pôrto e o justo renome que mereceu no século xvi estavam a par dos mais activos estabelecimentos do reino, dos mais concorridos e laboriosos varadouros onde, nesse século brilhante das conquistas e descobertas, se levantavam as carcassas das nossas gloriosas naus e caravelas. Gozou por isso a Pederneira de certos privilégios que pelos diferentes monarcas lhe iam sendo concedidos e confirmados.

Estas liberdades municipais correspondiam mais ou menos nas diversas vilas, às quais eram concedidas, ao desenvolvimento das suas indústrias, à importância das relações comerciais ou ao engrandecimento populacional que elas iam adquirindo. Cada uma destas vilas possuía assim um certo número de privilégios, que as distinguíam das outras e que fazia delas como que um estado particular, privilégios que têm, muitas vezes, uma origem antiquíssima e que são, por assim dizer, os documentos comprovativos da sua vida social.

Pelo que respeita à Pederneira, integrada, como já dissemos, nos coutos do rico e opulento mosteiro de Alcobaça por doação que lhe havia feito D. Afonso Henriques, confirmada pelos monarcas seus sucessores, nomeadamente D. Pedro I por carta passada em Leiria a 8 de Setembro de 1346, tais privilégios apparecem-nos desde as mais remotas épocas e todos elles concedidos no intuito de estimular o desenvolvimento da indústria da pesca, que tinha no velho burgo um dos mais activos e laboriosos centros. Com effeito, logo nos primeiros tempos da vida daquele mosteiro, e quando os monges procuravam ainda pelo trabalho das suas próprias mãos o que era necessário para se manterem nas terras incultas que lhes haviam sido doadas, a costa da Pederneira era já por elles apeteçada como lugar de abastecimento de abundantes pescarias. Além do pão e das hortaliças e doutros legumes que a crónica diz ser, nos primeiros tempos da vida monástica, o principal sustento dos frades, ficava assim a parca mesa da comunidade provida de saborosos peixes, não só para regalo próprio como para manutenção dos hóspedes e peregrinos que, em observância da santa regra, os monges eram obrigados a acolher e a sustentar durante a sua curta demora na albergaria do convento.

Foi esta uma das causas de se ter desenvolvido mais cedo do que os outros lugares dos coutos a povoação da Pederneira, a qual se dá já como existente no ano de 1190.

Segundo se depreende do foral, que por D. Manuel foi dado à vila da Pederneira na data acima referida de 1 de Outubro de 1514, esse diploma foi elaborado tomando como base o verdadeiro e antigo foral que por D. Afonso Henriques fôra concedido à mesma vila, moldado pelo de Santarém e com privilégio particular a favor dos pescadores e das suas viúvas, enquanto estas se conservassem «em suas honras».

Esse privilégio consistia na isenção de pagarem ao mosteiro de Alcobaça a oitava parte de todo o pão e vinho que houvessem das suas *vinhas e herdades da Povia* da dita vila, como anteriormente pagavam.

Estabelecia também o foral que todos os moços que quisessem exercer o mister de pescador deviam ser inscritos no livro do almorarifado do dito mosteiro para se poder saber quando começavam a pescar, e isto para assim poderem gozar o privilégio que os isentava, nos primeiros dois anos, da obrigação de pagarem ao convento a dízima do pescado que apanhassem à linha. Persistia, porém, a obrigação do mesmo pagamento se a pesca fôsse feita com rêdes.

Quaisquer pescadores que ao pôrto da vila trouxessem pescado de fora deviam pagar ao mosteiro duas dízimas, a velha e a nova, e esta última uma vez satisfeita não se tornaria a pagar em qualquer dos outros lugares do reino. Além destas dízimas era devido pelos pescadores um peixe, por cada doze, destinado ao hospital e à albergaria do mesmo mosteiro.

Na Pederneira tinham pois os monges não só um cómodo e certo mercado para abastecimento do seu refeitório como também uma abundante fonte de avultados rendimentos.

Era um importante direito que lhe pertencia, sabido como é que tanto a caça como a pesca andavam inerentes ao domínio do solo. Se a terra era portanto um pôrto de mar, ao senhorio pertencia em regra o seu pescado<sup>1</sup>.

Os pescadores da vila que fôsem a qualquer outro pôrto vender as suas pescarias, ou aí aproassem por motivo de temporal, ficavam isentos do pagamento de qualquer dízima, não só pelo peixe como também pelo dinheiro que essa venda produzisse, a não ser que voltassem ainda com algum pescado, porque neste caso eram obrigados a pagar sòmente a chamada dízima velha.

Pelo que respeita aos navios feitos nos estaleiros da vila da Pederneira estabelecia-se que se elles fôsem comprados por pessoas

<sup>1</sup> Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal*, t. III, p. 18.

de fora da terra pagar-so-ia a dízima, abatendo-se porém dela o imposto da portagem que porventura se houvesse pago por qualquer aparelho ou objecto que se tivesse importado para a construção ou reparo dos mesmos navios ou embarcações.

Estavam isentos dèste tributo os *vizinhos*, isto é, os moradores da vila e térmo, e bem assim os dos coutos do mosteiro de Alcobaça, a não ser que os objectos e artefactos necessários ao armamento dessas embarcações tivessem vindo pela via marítima.

Pelo texto do foral, que acabamos de resumir nas suas disposições mais gerais, poder-se há ver como era antiga e como vinha já desde a fundação do mosteiro a importância da indústria da pesca no pôrto da Pederneira. São também muito antigas as relações de comércio marítimo que os pescadores desta vila mantinham com os outros portos da nossa costa, especialmente com os do Algarve.

Desde o reinado de D. Denis há, com efeito, noticia de irem os pescadores da Pederneira vender os produtos da sua pesca aos portos juntos a Faro, Tavira e outras povoações algarvias. Assim o testemunha uma carta que êste monarca concedera aos mesmos pescadores, em deferimento da reclamação e das queixas por êles formuladas sôbre as perseguições e os vexames que lhes faziam os moradores das terras do Algarve.

No referido diploma ordena o rei que aos pescadores lhes não fôsse feito mal ou estôrvo algum relativamente à venda dos seus pescados, e que em todos os seus preceitos se deveria respeitar a carta que êle lhes havia concedido para livremente poderem pescar nos mares do reino do Algarve, tornando defeso ao alcaide de Tavira prendê-los quando viessem do mar ou quando se dirigissem às suas casas.

Era, como se vê, um largo privilégio que abrangia também a proibição de se lhe tomarem as barcas e respectivos aparelhos e de os obrigarem a responder pelos mouros que porventura fugissem.

A carta do providente monarca, que foi um dos mais entusiastas impulsores da indústria da pesca e da marinha nacional, foi depois confirmada por seu filho e sucessor, D. Afonso IV, e depois por carta de D. Fernando datada de Santarém em 8 de Abril da era de 1405<sup>1</sup>.

No reinado de D. Pedro I obtêm os pescadores da Pederneira, por solicitações dos monges de Alcobaça, o importante privilégio da isenção de servirem nas galés, nas hostes ou em fossados, e isto

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Estremadura*, liv. 1.º, fl. 108.

pela circunstância, como ponderavam os frades, de que sendo o convento obrigado pela sua regra a dar hospitalidade, os pescadores não podiam ir à pesca, por causa dêsse serviço, ficando assim o mosteiro privado do seu principal abastecimento como era o peixe que vinha do pôrto da Pederneira<sup>1</sup>.

No reinado de D. Fernando ampliam-se todos estes privilégios aos pescadores da vila e aumenta-se o labor dos seus estaleiros. Este monarca foi, como se sabe, um dos que melhor soube zelar e promover o aumento material da marinha, tanto militar como mercante, concedendo privilégios aos seus vassallos, que ou comprassem navios estrangeiros ou os mandassem construir nos estaleiros portugueses, dando-lhes êle mesmo o exemplo nas construções que por conta da sua fazenda mandava fazer<sup>2</sup>.

Entre as várias providências com que êste monarca beneficia e estimula a marinha nacional destaca-se, quanto aos pescadores da Pederneira, a carta datada de Atouguia em 30 de Agosto da era de 1313, em virtude da qual êles ficaram dispensados de irem servir nas obras da Alcaçova de Santarém, «por corpos e por aduas», e isto em consideração pelos serviços que os ditos pescadores todos os dias prestavam, não só nas armadas reais e no baleal de Atouguia como também em acarretar madeira que vinha «do nosso pinhal de leria polla lagoa ao traves», além doutros muitos e grandes encargos em prol da nação<sup>3</sup>.

Igual isenção se lhes fazia, pelos mesmos motivos, de irem servir nas obras da fortaleza de Óbidos, pela carta datada de Vila Nova da Rainha em 22 de Julho da era de 1414<sup>4</sup>.

No reinado de D. João I, continuador do espírito naval e da indole de audaciosos navegadores da raça, qualidades tam brilhante e sagazmente encarnadas na pessoa do Infante D. Henrique, mais alguns privilégios são concedidos aos moradores da Pederneira. Um dêles é a isenção do pagamento de peitas, fintas e empréstimos, em atenção a serem homens mareantes e acostumados a servir no mar. (Carta datada no arraial de sobre Chaves a 2 de Março da era de 1424)<sup>5</sup>. Um outro privilégio consta da carta dada em Montemor-o-Novo em 7 de Fevereiro do ano de Cristo de 1426 que ordenava que nenhum

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Pedro I*, liv. 1.º, fl. 40.

<sup>2</sup> Cardeal Saraiva, *Obras Completas*, t. v, p. 376.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Estremadura*, liv. 1.º, fl. 108.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, fl. 107 v.

<sup>5</sup> Idem., *ibidem*, liv. 1.º, fl. 109 v.

Coudel constrangesse os mesmos pescadores, «por serem galliotes», a comparecer em alarde, nem fôsem acontiados em cavalos ou outras quaisquer contias, mas tam sômente em lança e escudos<sup>1</sup>.

Um outro privilégio d'êste monarca concedido por carta datada de Ponte da Barca em 11 de Outubro da era de 1434, confirmada depois por outra do rei D. Manuel datada de Lisboa a 5 de Fevereiro de 1504, dá aos moradores e mareantes da Pederneira a faculdade de poderem comprar pão, vinho e outros mantimentos em quaisquer vilas e lugares do reino, sem embargo de espécie alguma<sup>2</sup>.

Em 1468, por carta datada de Santarém a 7 de Maio, é mantido aos pescadores da Pederneira o velho costume de poderem tirar um peixe do pescado que cada um trouxesse, para seu mantimento e conduto, antes de ser dizimado o mesmo pescado, cujo direito pertencia, como já dissemos, ao D. Abade do Mosteiro de Alcobaça<sup>3</sup>.

Em 1477, um agravo feito contra as liberdades que os pescadores da Pederneira se julgavam com direito de usufruir leva o concelho da vila a reclamar contra o procedimento dos rendeiros da sisa e dizima, que pretendiam tornar defeso aos mesmos pescadores irem navegar e trabalhar com suas barcas em qualquer costa do reino, salvo nos meses de Setembro a Maio. Nos outros meses, diziam elles, eram obrigados a pescar continuamente nos mares da dita vila, sendo-lhes igualmente defeso, durante êste tempo, fazer carretos em suas barcas, para a cidade de Lisboa, de madeira e de quaisquer outras mercadorias ou cousas semelhantes.

A provisão de 29 de Setembro da referida era confirma o acórdão em que foi deliberado dar provimento ao agravo do concelho da Pederneira, permitindo que os seus pescadores pudessem ir pescar fora dos mares da sua costa e levar nas suas barcas tabuado ou qualquer outra mercadoria à cidade de Lisboa, ou a outro pôrto, sem que para isso lhe pusessem qualquer embargo<sup>4</sup>.

A carta de D. João I datada do Santarém a 26 de Março do ano de 1487, dirigida aos homens bons da Pederneira, isenta do tributo de besteiros do conto oito homens da vila que se empregassem nos seguintes misteres: dois recoveiros que trouxessem de fora o pão para mantimento dos moradores, dois carpinteiros, dois sapateiros e um barbeiro<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Estremadura*, fl. 110.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, liv. 6.º, fl. 1.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, liv. 1.º, fl. 111 v.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, liv. 7.º, fl. 159.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, liv. 1.º, fl. 111 v.

Nesta época a importância da vila da Pederneira dia a dia se ia acentuando, não só como centro de pesca mas agora também como estaleiro, cada vez mais activo, de construções navais. Começavam já a ser afamados os seus calafates, estrinqueiros, breadores e remolares, e no seu pôrto fervia já a lide do levantamento das carcassas das nossas naus e caravelas, que eram depois transportadas para



Um velho pescador consertando a rêde

as taracenas de Lisboa e aqui equipadas e municidas para as suas audazes e longas derrotas. Assim o testemunha a carta passada em Lisboa a 1 de Fevereiro de 1478 criando na vila da Pederneira um almoxarifado, separado do de Leiria e Óbidos, cujo almoxarife receberia a dizima e todos os mais direitos do dito lugar, cada vez mais avultados<sup>1</sup>.

Pelo documento que a seguir publicamos no seu teor poder-se há ver também que aos carpinteiros da Pederneira eram já encomendadas muitas empreitadas da construção de navios de toda a sorte:

«Faço saber a quantos este meu aluara virem que os carpinteiros das vilas da Pederneira, Salir e Alfeizeram sse agrauaram a mym dizendo que ora nouamente sam costringidos que paguem ssisa das empreitadas que tomam dalgũas pessoas pera lhe fazerem nauyos

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Estremadura*, liv. 7.º, fl. 133.

de toda sorte segundo se com elles concertam pera lhos darem acabados: a saber: brancos no estaleiro e pretos na agoa o que nunca atee ora pagaram. Pedindo me que nello lhe ouesse remedio e visto eu seu requerimento. A mym apraz que posto que seia achado que per direito elles deuem de pagar tall ssisa que elles seiam della escusados e rreleuados daqui em diante em quanto minha mercee for e nesto se nam emtenda allguãm direito seo açerca dello tenerem os rrendeiros que foram o anno passado de myll e quatroçentos e satenta e sete annos e este presente de satenta e oyto. E porem mando a todollos meus officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer que nam costranguam nem mandem costranger os ditos carpinteiros pella dita ssisa daqui em diante em quanto mjnha mercee for como dito he nem lhe façam nem consentam por ello fazer nem huãm nojo nem sem rrezam porque assij ho ey por bem ficando aos sobre ditos rrendeiros rresguardado sseu direito pela guisa sobre dita sem outra daujda nem embargo allgũm. Ffeito em a mjnha Cidade de Lisboa a dous dias do mes de Janeiro. Joham da Fomsseca a fez anno de mjll e quatroçentos e satemta e oyto annos»<sup>1</sup>.

Em principios do século XVI, no período áureo das nossas conquistas e navegações, o rendimento que podemos apurar do almoxarifado criado na vila da Pederneira é o seguinte:

«Mandamos tomar conta a Joham de Caria, escudeiro e almoxarife em o nosso almoxarifado da Pederneira, do anno de 1512. E mostra-se receber em o dito anno de 512 de dinheiro, ao todo, 262:600 reais, a saber: 260:000 do rendimento da renda do dito almoxarifado, e os 2:600 rs. de hum por cento. Dos quais 262:000 rs. o dito Joham de Caria nos deu boa conta . . . . pollo qual o damos por quite e livre . . . . Dada em Lisboa, a 25 de maio, Pero Fernandes a fez, de 1512»<sup>2</sup>.

Nos anos de 1513 e 1514 êsse rendimento foi de 530:250 reais, a saber: no ano de 1513 produziu 262:600 rs. com um por cento, e no ano seguinte 267:650 rs. com um por cento.

No ano de 1518, dos 310:000 rs. por que o almoxarifado da Pederneira fôra arrendado, despendera-se o que consta do seguinte curioso documento:

«It. ã temças jeraees, 160:489, a saber: 37:456 rs. ao Marquês

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Estremadura*, liv. 7.º, fl. 109.

<sup>2</sup> Idem, *ibid.*, liv. 12.º, fl. 8 v. *Arquivo Histórico Português*, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», vol. III, p. 386.

e á Marquesa sua mulher E 123:033 rs. a Gracia de Sousa; os quaes dinheiros pagarês sã çbargo de termos mandado que se lhe posesẽ verbas que os aviã cá daver o dito anno presẽte os quaes se Riscarõ. E asy ficam por despende 149:511 rs. os quaes çtregarẽs ao thesoureiro da dita nosa Casa da India. Feyto ã Lixboa a 30 de março, Jorge Fernandez o fez, de 1518.—E por este caderno o conhecimento do dito thesoureiro feyto por seu esprivam e assinado per ambos, em que dê fee que lhos carregou ã Recepta, vos sera levado ã conta

*Rey.*

*de Castro*

*Caderno da Pederneira.*

*No alto da primeira folha:* L.<sup>a</sup> da cõta de Joham de carya almoxarife da pederneira do Anno de bx<sup>cbij</sup><sup>1</sup>.

No ano 1532 o almoxarifado de Leiria juntamente com o da Pederneira estavam arrendados pela quantia de 1.081:000 réis. No ano de 1538 rendera o almoxarifado da Pederneira 130:000 rs., e no ano de 1520 essa quantia elevava-se a 149:917 rs.

No reinado de D. Afonso V já na Pederneira se nota uma maior actividade na construção de navios, como nos mostra uma sentença passada a favor do mosteiro de Alcobaça em data de 6 de Agosto de 1460. Por êste titulo confirma-se ao referido mosteiro o privilégio da jurisdição civil e criminal sôbre as terras que constituam e estavam compreendidas nos chamados coutos de Alcobaça, e revoga-se uma carta que havia sido passada em favor de Gil Afonso, meirinho dos homens do mar da Pederneira, Paredes, Selir e Alfeizarão, para que assim pudesse dar os navios, barcas e caravelas necessárias ao serviço de el-rei e ficasse com autoridade para mandar prender os homens que lhe não obedecessem<sup>2</sup>.

Da azáfama que se vinha notando nos estaleiros do reino, muito especialmente na Ribeira de Lisboa e no pôrto da Pederneira, pela proximidade em que êste estava do pinhal de Leiria, nos dá também curiosa noticia aquella tam interessante e despretensiosa narrativa que Pinheiro Chagas pôe na bõca do mareante e calafate Bastião Fernandes, natural da Pederneira, em conversa com Gaspar Correia,

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Tõrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, Maço 23, Doc. 33. *Arquivo Histórico Português*, vol. x, p. 68.

<sup>2</sup> Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*.

o que depois havia de ser o desataviado e sincero autor das *Lendas da Índia*<sup>1</sup>.

Bastião Fernandes, que fôra marinheiro da caravela de João Infante e que fizera a travessia do Cabo Tormentoso, descrevendo a Gaspar Correia, em uma serena noite de luar, o enternecimento e a comovida satisfação que tivera, depois de tam longinquas e perigosas navegações, em voltar ao seu sossegado burgo da Pederneira, onde saúdosa o aguardava a sua velha mãe, farta de chorar por êle e de fazer orações e promessas à Senhora da Nazaré, conta que por todas aquelas matas ali próximas, principalmente as de Leiria, não se ouvia senão a bulha dos machados a cortar as árvores mais valentes que por lá se encontravam.

Êste labor activa-se, como mostraremos adiante, especialmente no reinado de D. Manuel, ainda mais empenhado do que o seu antecessor D. João II nos preparativos para as viagens marítimas que tam venturoso o tornaram e tanta glória haviam de trazer para o nome de Portugal.

É Bastião Fernandes quem nos diz que, estando na Pederneira com a sua santa velhinha a tratar de arranjar barcos de pesca ou a concertar as rêdes na praia, soubera um dia pelo pregoeiro do concelhô que tinha de ir sem demora para Lisboa, ao apêlo de que todos os marinheiros de João Infante deviam trabalhar nas naus que se estavam a fazer com grande pressa e azáfama nos estaleiros da Ribeira.

É também interessante e cheia de tocante simplicidade a narrativa que êle faz quando conta que, estando em Lisboa para se embarcar em uma das naus da armada de Vasco de Gama, a trabalhar como um mouro no aprêsto das três caravelas e sem lugar para distrações e folganças, lhe apparecera de surpresa a sua velha mãe, que viera trilhando a pé os ásperos caminhos da Pederneira até à Côrte apenas soubera que seu filho ia partir na armada prestes a levantar ferro. Vasco da Gama, conta Bastião Fernandes, havia mandado abonar cem cruzados a cada marinheiro casado e quarenta aos solteiros; quando, porém, lhe chegara a vez de ser inquerido pelo seu capitão-mor, êste, ao saber da presença da boa velhota, já sem outros filhos visto que dos três que tivera havia morrido um em Arzila e outro fôra tomado pelos corsários barbarescos em uma assaltada que haviam dado à Pederneira, ordenara ao escrivão

---

<sup>1</sup> Pinheiro Chagas, *A Descoberta da Índia*.

da nau que a favor de Bastião Fernandes, conquanto solteiro, se assentassem cem cruzados, e chamando-o de parte lhe dissera:

«Olha lá! Dize a tua mãe que espere por ti, que hás-de voltar melhorado e com saúde; e, já que mora na Pederneira e é vizinha da Senhora da Nazaré, que lhe reze todos os dias três Ave-Marias, uma por ti, outra pelo teu capitão-mor, e outra por todos os portugueses que andam sôbre o mar para dar honra e gloria ao seu Deus e ao seu Rei».

Com que enternecida comoção é descrita a despedida que a boa velhota faz ao filho na praia do Restelo dizendo-lhe, com os olhos marejados de lágrimas, que, quando as ondas lá na Pederneira viessem bater nas arribas e nas rochas por baixo da sua casa, lhes havia de pedir em nome de Deus e da Virgem que lhes não tirassem o filho.

Bastião Fernandes, depois de tam arrojadas e gloriosas navegações, voltou a Lisboa, partindo poucos dias depois para a Pederneira, alegre como um pássaro, escarranchado num macho e comparando os caminhos que atravessava com os areais que havia percorrido à torreira do sol quando ia de Melinde para as hortas, onde estivera com os doentes de escorbuto.

Realizara-se pois o milagre e cumprira-se a promessa de Vasco da Gama: O velho calafate e mareante da Pederneira pôde enfim ter a suprema consolação de regressar ao seu sossegado burgo e à humilde choupana onde o esperava, entre lágrimas de alegria, a sua santa e boa velhota, que no dia seguinte se não esquecia, acompanhada dos bons vizinhos em festa entoando a ladainha, de ir agradecer à Virgem da Nazaré o feliz regresso do único filho que lhe restava, salvo de tantos perigos e depois de ter feito tam longínquas e arriscadas navegações.

A época, porém, mais fecunda e de mais intenso labor nos estaleiros e varadouros das praias da Pederneira foi, como acima dissemos, nos últimos anos do século xv e primeiro quartel do século xvi, depois do glorioso feito da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Foi neste período brilhante que forma o ciclo famoso das nossas conquistas e descobertas, das audaciosas e longínquas navegações dos nossos pilotos, que os estaleiros da Pederneira redobram de actividade na faina de construir naus e caravelas, as quais eram, na frase de Cadamosto, as melhores que então sulcavam os mares. Os seus tripulantes eram recrutados entre os homens já acostumados ao marulho das vagas, entre a população dos pescadores da nossa costa habituados a afrontar os perigos do mar embravecido

e ululante, cheios daquela audácia fria, daquela resistência firme e tenaz que levou o nome de Portugal aos mais afastados confins do globo.

Era o anadel-mor o funcionario a cargo de quem estava o alistamento dos galeotes e marinheiros, que para esse fim deviam ser inscritos nos livros chamados da «armação», sendo ajudado nesse serviço pelos officiaes que tinham o nome de vintaneiros.

Das frotas que demandaram a Índia e por lá seguiram os roteiros dos mares do Oriente, algumas houve que foram construidas na bela enseada da Pederneira e ali baptizadas com magnificante solenidade. Uma das maiores que ali se construía, a nau *Nazareth*, nome que tomou em homenagem à santa que se venera no seu histórico santuário do *Sítio*, foi lançada ao mar em 1489. Das suas primeiras viagens, por mandado do Príncipe Perfeito, nos dá curiosa e muito interessante noticia o documento que abaixo transcrevemos e cujo teor é o seguinte:

«Fazemos saber que Affonso Rodrigues, morador em a nossa cidade de Lixboa, mestre e patram da nossa nao cujo vocabolo se diz Santa Maria da Nazare, per mandado del Rei, meu senhor, que Deus haja, teve carego della des do anno de 89 annos, que ella foi lançada ao mar, até o mes de fevereiro do anno de 95 annos; no qual tempo elle com ella fez oito uiagens, quatro a Levante, e quatro a Frandes; e com ella no dito tempo recebeo 9.883 ducados de ouro, e 1:766 livras, 11 dinheiros, 14 mites, e 200 coroas da moeda de Frandes, e 2 milhões e 725:860 reaes brancos da moeda destes nossos regnos, assi de fretes da dita nao e viagens, como de nossos officiaes, e assi recebeo trigo e farinha, bizzoito, carne, e pescados, e vinho, e azeite, e pano, e artelharias, e outras muitas cousas de desvairados dizeres, pera corregimento e governança da dita nao, assi de nossos officiaes, como de si e de seu despenseiro per compra, que lhe per o escrivam da dita nao foram carregadas em receita. E ora nós lhe mandámos tomar a conta de todo a Braz Luiz, contador de nossa casa, a qual per elle lhe foi tomada e feita de toda sua recadaçam em forma devida, estando o dito Affonso Rodrigues a todo presente; em a qual é declarado pelo meudo todalas cousas e dinheiros que assi no dito tempo recebeo, e de que pessoas, de que aqui não fazemos expressa mençam pela grande quantidade dellas, somente do dinheiro. A qual conta foi per nós vista em nossa Fazenda per os vedores della, e per quanto per ella se mostrou elle ter despeso todo o dito dinheiro; e cousas que assi recebeo o dito tempo, per mandado do dito Senhor e nossos . . . . .

e nos tem dello dado mui boa conta . . . . . nós o damos a elle e a todos seus herdeiros . . . . . por quites e livres . . . . . Dada em Evora, a 3 de junho, Braz Luiz a fez, anno de 1497»<sup>1</sup>.

O feliz successo da audaciosa viagem de Vasco da Gama e a sua chegada a Calecut em 20 de Maio de 1498, o êxito das nossas descobertas e conquistas, a atracção por êsse tam rico e maravilhoso Oriente, lançam a nação no belo sonho da Índia e ainda mais a impelem para o caminho das expedições marítimas. Activa-se pois nos seus estaleiros a construção das caravelas que hão-de sulcar tantos mares, e desta actividade participa também a Pederneira, como o comprova a carta que em 23 de Março de 1500 o venturoso monarca D. Manuel dirige ao mosteiro de Alcobaça nos termos seguintes :

«Regedores de Alcobaça. Eu El Rey vos enviamos muito saudar. Nós ordenamos ora de em a Pederneira mandar fazer certas caravellas que avemos mester e comprem a nosso serviço e porque poderá ser que averemos mester algũa madeira pera ella, assi como pera liame como tavoado e pera outra obra, vos rogamos muito e encomendamos que dos pinhaes-matas e defezas desse mosteiro ajaaes per bem e mandeis que enviando a isso lá o nosso Almojarife os officiaes e carpinteiros lha leixem cortar e aver livremente e do lo assi fazerdes como de vos esperamos volo agradeceremos e teremos em serviço. Scripta em Lisboa a 23 de Março. Francisco de Matos a fez. De 1500—Rey»<sup>2</sup>.

Uma destas naus foi oferecida por D. Manuel à Imagem da Nazaré e baptizada sob a sua invocação, com a promessa de que todas as vezes que a dita nau fizesse uma viagem deveria aplicar certa esmola para o Santuário e Casa da dita Senhora, que assim e com outras avultadas esmolos dos cirios e romeiros que ali afluíam chegou a ter avultados rendimentos e haveres.

Só em pratas era já importante, em princípios do século xvi, o tesouro da Casa de Nazaré, como nos mostra um curioso inventário que encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feito por mandado do licenciado Álvaro Martins, ouvidor nos coutos de Alcobaça, na vila da Pederneira em 29 de Junho de 1519. Essas

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 30.º, fl. 107 v; liv. de *Extras*, fl. 251 v. *Arquivo Histórico Português*, vol. I, p. 205. Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portuguezes*, parte I, p. 267.

<sup>2</sup> Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça: Provas e Adições*, p. 36.

peças, todas de bom pêsso e ricas de feitos e adornos, constavam de: uns seis cálices dourados com suas patenas; dois pares de galletas douradas; uma coroa dourada de Nossa Senhora; uma rica naveta de prata, dádiva de Lopo de Almeida e de sua mulher D. Beatriz de Vilhena; uma colher de prata; um relicário de prata com suas relíquias; um turíbulo dourado com o feito dum castelo ameado, com quatro cadeias de prata branca; uma coroa dourada que a Senhora tinha na cabeça; um corpo de prata que estava no altar da Senhora da Nazaré, dádiva do Conde de Marialva; nove corpos de prata entre grandes e pequenos, dádiva de várias pessoas devotas; outras pequenas jóias de prata de vários feitos; uma lâmpada de prata com quatro cadeias do mesmo metal; treze cruzeiros dourados. Ao inventário das pratas segue-se depois o das vestimentas, da roupa de linho, dos frontais, panos da Índia, corporais, etc.<sup>4</sup>

Em 28 de Setembro do referido ano de 1500 os pescadores e mareantes da Pederneira, reunidos à porta da sua igreja, deliberavam requerer a el-rei, por intermédio do almoxarife da vila Pero Fernandes, pedindo que lhes fôsem pagos os serviços que haviam feito no carrêto das madeiras necessárias às caravelas que aí se estavam construindo. Assim diziam êles por intermédio do procurador do concelho:

« . . . . que ora eu gregoreo rrodriguez prócurador do consêlho desta vylla da pederneyra faço em nome dos pescadores e mareantes da dita villa vos me dares hum estormento pera el-rrey noso Senhor ou pera quem com direito delle deua de conhecer como asy he verdade que sua Senhoria mandou fazer em a dita villa quatro navios dos quaes pero fernandez almoxarife em a dita villa teve carreguo de pagar e foy vedor dos ditos naujos / pera os quaes elle por mujtas vezes nos constringeo que serujsemos segundo serujmos / a saber / em todo o carreto do lyame e toda ha outra madejra grossa que pera os ditos naujos foy neçesaria e asy em mastear e correger e carregar tauocado nos ditos naujos em os quaes serujços tem guastados mujtos dias / deles com causa e deles sem causa de que todos temos dado de nosas fazendas o que poderamos aproueitar asy em

<sup>4</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, Maço 24, Doc. 96.

Na ocasião da primeira invasão francesa em Portugal e na passagem das tropas invasoras pelo Sítio, em fins do ano de 1807, foram levadas da Casa da Nazaré muitas peças de prata de subido valor, o inventário das quais é feito no citado manuscrito de Salazar, t. II, p. 8 e sgs.

nosas fazendas como nas rrendas do dito Senhor / e como quer que asy temos serujdo nam paguo a pesoa algũa dos ditos pescadores e mareantes nenhum mereçemento do que asy serujmos /. E já os ditos naujos sam partidos e nos ficamos sem pagua e portanto em nome dos ditos pescadores e mareantes que he povo do dito concelho lhe rrequero e rrequeremos da parte do dito Senhor que elle nos pague loguo ante que elle almoxarife desta ujla parta e nam o querendo elle fazer vos nos dares ho dito estormento pera o dito Senhor honde protestamos rrequeremos noso direito e dizermos majs larguamente como se este serujço fez e com protestaçam das custas e de rreparar se o comprir /.

E apresentado o dito rrequerymento e por mym tam pobricado ao dito almoxarife como dito he per o dito almoxarife foy dito que elle se partya pera lixboa e fosem la e que la lhe pagarjam e que isto lhe daua em rreposta ./ e o dito procurador com a dita rreposta rrepreo a mym ditas protestações testemunhas ao dito estormento presentes eram fernam soarez e diogo fernandez mercador e gil piriz carpinteiro e outras e eu eitor afomso tabaliam pubrico por el-rrey noso Senhor especiall em a dita villa e gerall em os coutos dalcobaça que este estormento esprej e dey ao dito procurador e por ser verdade aquj meu proprio synall ffiz que tall. . . . (segue o sinal e rubrica) /.<sup>1</sup>

Por êste documento, e por um outro que por ser interessante julgamos também digno de ficar registado aqui, poder-se há ver como eram pesados os encargos que recaíam sôbre os moradores da Pederneira, agravados com o procedimento de Pero Fernandes, ali encarregado das construções dos navios para a armada real. Êles são curiosos e de certa importância, não só como subsídios para o conhecimento da vida social da Pederneira nessa remota época, como também porque êsses documentos nos habilitam a fazer mais exacta idea do intenso labor e actividade que havia nos varadouros da bela enseada daquela vila, actividade que o monarca estimulava no seu sonho de grandeza levando-o a apertar as ordens para a construção e aprêsto das naus e caravelas que, vitoriosas e impávidas, iam sulcar os mares dêsse tam rico e longínquo Oriente.

Queixando-se os moradores da Pederneira, por intermédio dos seus juizes, vereadores e officiais, contra os agravos do dito Pero

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 3, Doc. 33.

Fernandes, assim diziam pois nos seguintes capitulos apresentados ao rei:

«Senhor.— Os juzes veryadores e officiaes e concelho da ujlá da pedreneyra beyjamos as maãos a vosa Senhoria a quem lhe fazemos saber que nos fomos rrequeridos por pero ffernandez que haqj teue carguo de fazer os vosos naujos que serujsemos nas cousas a elles neçesarias pomdonos Senhor graues penas e costramjendo todo o concelho sem neçesydade por que o serviço que se bem pode ffazer com dez omês oneraua Senhor todo o concelho soo pera dar hopresam o que era pouco serviço de deus nem de uosa Senhoria e por causa da dita opresam e costramgimento que nos asy ffazem deixamos por muytas vezes dir ao mar no que Senhor recebemos muita perda e asy vosas rrendas / e posto Senhor que lhe rrequeremos que nos paguasse noso trabalho e serujço o nam qujs nem quer fazer /. nem menos Senhor pagou aos lauradores e carreyros do termo desta ujlá e se fez algum paguamento aos ditos carreyros homde lhe sempre ffoy paguada a carrada symgella a 40 reaes e ele pero nam pagou senam a 25 reaes e da carrada dobrada se paguam a 80 rs e ele nam pagou a mais de 50 reaes e esto Senhor a poucos / Rreceberemos Senhor em merçee querer vosa Senhoria saber desta cousa ha verdade por que nam tam soomente nos e os do termo da dita somos nesta parte deneficados / nos todos os destes coutos e termo de leyria clamam e bradam do maa paguamento que lhe he fffeito por o dito pero ffernandez o que sera serviço de deus e de vosa senhoria desta cousa saber a verdade / por que Senhor soo o que pertence aos prestadores do serviço que temos fffeito releva bem 8 rs e nam sendo as obras de uosa Senhoria não se fizera o dito serviço por 20 reaes na maneira em que ffoy fffeito e delo enviamos hum escrito com rreposta do dito pero ffernandez a vosa Senhoria // Item Senhor nam contente o dito pero ffernandez de nos asy costranger por as cousas de uoso serviço nos mandou costranger com graues penas e nos fez hir a rribeira desta uilla hum domingo ante de missa / e nos fez carregar hua soma de tauoado de hum nouo christão e nolo fez leuar em as nosas carauelas aos naujos de vosa Senhoria homde estes andauam a vela por este mar fazenduo la carregar ao pescoço e por alguns dezerem que o dito tauoado nam era de uosa Senhoria nos diziam ho espriuam e o dito pero ffernandez que o aviamos de carregar ao pescoço que nos pesase como negros / mandando prender e soltar como se tiuera alçada de uosa Senhoria //

Item Senhor asy tomou noutras pessoas desta ujlá çerta soma

de tauoado dizendo que era pera vosa Senhoria do quall nenhum he paguo e o ..... da casa do almazem diz que tall tauoado nam ffoy pera vosa Senhoria /. notefficamos asy todo a vosa Senhoria a quem pedjmos que queira disto saber a verdade por que isto e outras mayores cousas se prouaram contra ele majs larguamente feita na pedreneira a 10 dias de nouembro de 1500.

Item Senhor o porque deixamos de rrequerer isto a vosa Senhoria mais cedo ffoy por que o dito pero ffernandez que nos mandara emxecutar penas que diz que nos tem postas /.<sup>1</sup>».

(*Seguem as assinaturas e os seus sinais de cruz, algumas ilegíveis*).

No ano de 1512 preparava-se a nau *Nazareth* para fazer viagem à Índia, ordenando-se, para esse fim, ao almoxarife dos armazéns da Guiné, que entregasse a Lourenço Pires, mestre da dita nau, as cousas em seguida relacionadas e que constam de um recibo passado em 6 de Fevereiro dêsse mesmo ano pelo escrivão da referida nau Pero Vargas<sup>2</sup>:

ferro . . . . .	100 quintais
sebo encascado . . . . .	100 »
breu de Biscaya encascado . . . . .	100 »
estopa . . . . .	30 »
lonas . . . . .	40 peças
pano de Vila do Conde . . . . .	2.000 varas
remos de galés . . . . .	90
remos de bragantins . . . . .	50
fio de coser. . . . .	3 quintais
agulhas de palobar . . . . .	1.000

Em 2 de Março seguinte o vedor da fazenda, D. Martinho de Castelo Branco, ordenava a Álvaro Raposo, recebedor dos fornos de biscoito do Vale do Zebro, que devia entregar a João Vaz, dispenheiro da nau *Nazareth*, 50 quintais de biscoitos para mantimento da sua tripulação<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, Maço 3, Doc. 34.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Maço 30, Doc. 145.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, Doc. 209.

Pouco depois desta data, e ainda neste mês, partia de Lisboa a armada de que fazia parte a nau *Nazareth* em direcção à Índia, levando como capitão-mor Jorge de Melo Pereira, que comandava a nau *Cirne*, e sendo o comando das outras naus confiado aos capitães seguintes: Gonçalo Pereira, da *Conceição*; Garcia de Sousa, da *São Gião*; Gaspar Pereira, do navio *Santo Antonio de Chylas*; Lopo Vaz de Sampaio, da *Santa Cruz*; D. João de Eça, da *Magdalena*; Pero de Albuquerque, da *Biscayna Bastiana*; Jorge da Silveira, do navio *Botafogo*; Simão de Miranda, que ia também como capitão de *Çofala*, da *Frol da Rosa*; Francisco Nogueira, da *Santo António*; António Raposo, do navio *Ferros*; e da nau *Nazareth*, Jorge de Albuquerque, que pouco depois da sua chegada à Índia tanto se distinguiu na tomada de Banestarim e tam relevantes serviços havia de prestar, mais tarde, como capitão de Cochim e da importante fortaleza de Malaca.

Navegou a armada com muito bom tempo e fez uma derrota sempre feliz, a não ser a nau *Botafogo*, do comando de Jorge da Silveira, que ao passar a Guiné se perdeu da companhia, decorrendo muito tempo sem ser avistada e tomando muito ao largo, por fora da ilha de S. Lourenço, até se juntar de novo com as outras naus, as quais chegaram todas juntas a Moçambique na véspera de S. João e à barra de Goa a 15 de Agosto de 1517.

Desde a sua chegada à barra de Goa até o ano de 1526 a nau *Santa Maria da Nazareth*, nome com que foi solenemente baptizada, mas vulgarmente mais conhecida e nomeada por nau *Nazareth*, entrou em quasi todos os successos que encheram de glória os anais da nossa história na Índia, especialmente nas derrotas que Afonso de Albuquerque fez no Mar Roxo com o fim de destruir completamente o comércio dos Árabes na Índia, para o que era necessário tomar a importante fortaleza de Aden que protegia a boca do Estreito.

Entrou no admirável feito de armas que foi a heróica tomada de Banestarim, um dos passos da ilha de Goa, para assim se ter a posse definitiva daquela cidade, que desta forma se tornou incontestável. O documento que a seguir damos na íntegra assinala o glorioso papel que a nau *Nazareth* desempenhou no ataque a esta fortaleza:

«Francisco corvinell feitor de goa ho capitam jerall e governador das indias etc. per este vos mando que pagues a gylherme de toçell comdestabre da nazare trjmta cruzados de que lhe faço mercee em nome de sua alteza por fazer tam bõs tiros na fortaleza de benastarym e o fazer muyto bem e derubar muito lamço do muro e per

este com ho asemto de voso espryão vós serem leuados em conta feito em goa aos xxi de novembro de 1512·/.

*Afonso d'Albuquerque* <sup>1</sup>

Fez também parte a nau *Nazareth* da armada de vinte navios, tripulados por 1:700 portugueses e 800 malabares, que partiu de Goa, a 1 de Fevereiro do ano de 1513, sob o comando do próprio Afonso de Albuquerque, na capitania de cuja fortaleza se fizera substituir por Pedro de Mascarenhas. Esta armada, depois dum ataque infructifero mas arrojado e heróico contra Aden, percorreu o Mar Rôxo, fazendo tremular a bandeira portuguesa nos portos do Egipto e da Arábia, aterrando os romeiros de Meca e chegando quási a Suez <sup>2</sup>.

Os documentos de que damos a seguir resumida noticia permitem-nos acompanhar a vida interna da nau *Nazareth*, cuja existência termina, como veremos, no ano de 1527, depois de ter desempenhado um glorioso papel nos diferentes combates que se travaram e nos successos que se deram nos mares orientais e nas costas até onde se estendeu o nosso largo domínio. Por volta dos meados do referido ano a velha nau teve o fim do seu destino nas águas de Goa, em cuja barra se perdeu e donde tantas vezes saíra projectando as velas brancas no azul de anil do céu da Índia, impávida e veloz, pronta a afrontar as tempestades do Estreito, a sofrer resignada os ardores das calmarias, ou a fazer frente, resoluta e heróica, às lutas temerosas do inimigo.

A 12 de Outubro de 1512 Lourenço Moreno, feitor de Cochim, manda a Álvaro Lopes, almoxarife dos mantimentos da mesma cidade, que dê ao despenseiro da nau *Nazareth*, de que era capitão Jorge de Albuquerque, duas pipas de orraça (vinho muito forte usado na Ásia), para a gente da dita nau <sup>3</sup>.

A 20 de Novembro do mesmo ano Afonso de Albuquerque ordena a Lourenço Pires, mestre da nau *Nazareth*, que receba para a mesma nau 100 quintais de ferro, 20 quintais de estôpa, 7 pipas de breu e uma bota de fio de coser que lhe havia de dar Rodrigo Afonso, mestre da nau Santo António <sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 98, Doc. 153.

<sup>2</sup> Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. III, p. 310.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 34, Doc. 170.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Maço 35, Doc. 104.

Em 28 de Dezembro do referido ano João Vaz, despenseiro da nau *Nazareth*, declara ter recebido de Álvaro Lopes, almoxarife dos mantimentos de Cochim, os géneros e objectos seguintes:

«27 fardos de arroz chambaçal.

30 paraos de arroz pacharil.

12 chovenes de manteiga.

600 cocos.

1 pipa de orraca.

600 pães de jagra.

1 jarra vidrada de manteiga»<sup>1</sup>.

Em 19 de Janeiro de 1513, por mandado de Jorge de Melo, capitão de Cananor, fornecia Lopo Álvares, almoxarife da mesma fortaleza, ao mestre e despenseiro da nau *Nazareth*, os objectos seguintes constantes do mesmo mandado:

«5 estrens de cairo.

1 calabrete de linho de Portugal.

6 pares de arpoeiras.

2 peças de cairo para arevees.

10 gamelas.

9 baldes.

1:000 tachas para as bombas.

9 meadas de algodão.

2 panelas de polvora, para o meirinho da mesma nau»<sup>2</sup>.

Em 25 de Setembro do dito ano, por mandado do mesmo capitão Jorge de Melo, o referido almoxarife dá ao mestre da nau *Nazareth*:

«1 estrem de cairo.

4 peças de enxarcia.

500 tachas.

1 balde e 2 gamelas»<sup>3</sup>.

Em 24 de Janeiro de 1514 ordena Afonso de Albuquerque a Lourenço Moreno, feitor de Cochim, como acima dissemos, que devia pagar a Pedro de Lemos, Miguel Fernandes e Pedro Carvalho, marinheiros da nau *Nazareth*, 32 cruzados em pedra hume, por duas pipas de vinho que lhe mandara tomar no estreito do mar Roxo<sup>4</sup>.

Por mandado do mesmo Afonso de Albuquerque, e da mesma

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 36, Doc. 72.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Maço 36, Doc. 228.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Maço 42, Doc. 44.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Maço 44, Doc. 92.

data, pagam-se a Pedro Gonçalves e a Fernão Galego, marinheiros da nau *Nazareth*, 16 cruzados em pedra hume, por uma pipa de vinho que na dita nau traziam e a qual mandara tomar para se gastar na armada que andava no mar Roxo<sup>1</sup>.

Ainda por ordem de Afonso de Albuquerque, da mesma data e pelo mesmo motivo, são mandados pagar 16 cruzados aos marinheiros da nau *Nazareth*, Vasco Lopes e Estêvão Dias<sup>2</sup>.

Da mesma data são igualmente dois conhecimentos pelos quais consta ter recebido Pedro de Moura, despenseiro da nau *Nazareth*, de Francisco Corvinel, feitor de Goa, 467 fardos de arroz, e Pedro de Canarca, mestre da mesma nau, 57 arrobas de açúcar branco<sup>3</sup>.

Em 30 de Janeiro de 1514 ordena Afonso de Albuquerque a Lourenço Moreno que pague a Luís Correia, criado de Jorge de Albuquerque, capitão da nau *Nazareth*, uma pipa de vinho que se havia gasto na campanha da dita nau, o que certifica o seu escrivão Pero de Vargas<sup>4</sup>.

De 16 de Novembro de 1514 é o mandado de D. Garcia de Noronha para Álvaro Lopes, almoxarife dos mantimentos de Cochim, ordenando que se dessem aos calafates que trabalhavam na nau *Nazareth* dois barris de vinho<sup>5</sup>.

Em 27 de Novembro e 4 de Dezembro do mesmo ano mandam-se igualmente dar à nau *Nazareth* 3 barris de vinho e 2 sacos de biscoito para mantimento dos calafates que trabalhavam na dita nau<sup>6</sup>.

Em 1515 vemos a nau *Nazareth* fazer parte da armada que no mês de Janeiro deste ano se dirige de Goa a Ormuz e que levava, como fim principal, conquistar esta última fortaleza e o estreito do Mar Roxo.

Comandava a mesma nau Vicente de Albuquerque, sobrinho de Afonso de Albuquerque, o imortal governador e vice-rei da Índia que pouco depois havia de sujeitar definitivamente aquela fortaleza à obediência de Portugal, recebendo nela com grande solenidade o embaixador do xá Ismael, rei da Pérsia, a cuja corte de Ispahan mais tarde mandava, com a mesma qualidade, Fernam Gomes de Lemos, senhor de Trofa.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 44, Doc. 93.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Maço 44, Doc. 94.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Doc. 95 e 96.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, Maço 44, Doc. 120.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, Maço 53, Doc. 43.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, Maço 53, Doc. 70 e 90.

De bordo desta nau assina Afonso de Albuquerque diferentes mandados, tais como:

A 18 de Fevereiro, um para Francisco Corvinel, feitor de Goa, dar a João Gonçalves, alcaide da Torre de Santa Cruz, que ia por mensageiro ao Idalcão, o elefante grande de dente quebrado, um cavallo russo grande, uma peça de veludo preto de vinte e sete côvados, doze côvados de veludo carmesim e umas couraças postas em cetim de cravação dourada, para oferecer ao dito Idalcão; mais a despesa para o caminho, à razão de 100 reis por dia, e aos quatro homens que o acompanhavam, à razão de 20 reis por dia; aos peões que levava consigo um pano a cada um, e a seis naiques uma touca e um pano a cada um<sup>1</sup>.

A 19 de Fevereiro, um outro dirigido a Francisco Faleiro, feitor em Chaul, para dar a Malequi Sandeli 32 pardaos e meio, por lhe haverem tomado o trigo em Goa por menor preço<sup>2</sup>.

A 5 de Abril, outro mandado para Manuel Costa, feitor de Ormuz, dar de presente ao rei e a seus pais, 2 quintais, 3 arrobas e 27 arráteis de cravo<sup>3</sup>.

A 6 de Abril, mandado para o mesmo feitor dar a Martim da Silva, que estava em terra com o cargo dos cavalos, 3 xerafins<sup>4</sup>.

A 8 de Abril, dois mandados dirigidos ao mesmo feitor, respectivamente, para dar todos os dias ao embaixador do Xequé Ismael duas cabras para as onças que trazia; para dar a Rui Gonçalves e João Fidalgo, capitães da Ordenança, 50 xerafins para mantimento da sua gente<sup>5</sup>.

A 9 de Abril outro para o mesmo feitor dar a Luís de Alvarenga, vedor das águas da fortaleza de Ormuz, 7 xerafins para comprar mantimentos malabares que estavam nas ditas obras<sup>6</sup>.

A 10 de Abril, outro para o mesmo feitor dar a Nicolau de Ferreira, embaixador do rei, 12 xerafins por ter mandado galinhas, carneiros, cabras e mantimentos para a gente da armada<sup>7</sup>.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 55, Doc. 101. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, Tomo II, pag. 110 (Publicação da Academia das Ciências de Lisboa).

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Maço 55, Doc. 51.

<sup>3</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 18.

<sup>4</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 27.

<sup>5</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 31 e 32.

<sup>6</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 35.

<sup>7</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 37.

A 11 de Abril, vários mandados para o mesmo feitor dar a Bartolomeu Coraçane, frecheiro, 2 pardaus, por andar em serviço de archeiro<sup>1</sup>; para dar a Tristão, homem fôrro, 2 pardaus para se vestir, o qual servirá na fortaleza de Ormuz como cabouqueiro<sup>2</sup>; outro para se dar ao arménio Joane, frecheiro, 1 pardau<sup>3</sup>; outro para se dar a D. Garcia de Noronha, que servia em terra, 60 xerafins para despesa da sua gente<sup>4</sup>; outro para se dar a cada um dos sete mouros coraçanes 1 pardau para seu mantimento e por servirem de frecheiros<sup>5</sup>; finalmente outro para se pagar a João Machado o mantimento de todo o tempo que andou de ida e volta ao Xequé Ismael<sup>6</sup>.

A 12 do referido mês de Abril, outros mandados para que o dito feitor, das especiarias e drogarias que lhe entregasse Manuel Velho, mandar de presente; 3 quintais de cobre, 3 de estanho, 3 de laca, 1 e meio de sândalo, 6 quintais de pimenta, 3 de gengibre e 3 arrobas de cardamomo, por Alexandre de Ataíde, um têrço ao rei de Ormuz, um têrço à rainha sua mãe; outro têrço a Raiz Norden<sup>7</sup>; ao feitor do Ormuz, para dar a todos os malabares que haviam saído ao recebimento do embaixador do Xequé Ismael, 100 xerafins<sup>8</sup>; outro para o mesmo feitor dar igual quantia a todos os bombardeiros e espingardeiros da ordenança que tivessem saído para o mesmo fim<sup>9</sup>; finalmente outro, da mesma data, para o mesmo feitor pagar aos três mouros Bacay, Paclar e Degar, homens do embaixador do rei de Ormuz, que tinham ido a Portugal e haviam regressado na nau *Belém*, 500 reis por mês<sup>10</sup>.

De 13 de Abril é o mandado, dirigido ao mesmo feitor, para dar a Aires da Silva 40 xerafins para despesa da sua gente<sup>11</sup>.

A 15 do referido mês são também assinados mais seis mandados por Afonso de Albuquerque, de bordo da nau *Nazareth*, para o mesmo feitor dar a Francisco Pereira, capitão do navio *S. Nicolau*,

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Maço 56, Doc. 39.

<sup>2</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 40.

<sup>3</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 41.

<sup>4</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 42.

<sup>5</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 43.

<sup>6</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 45.

<sup>7</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 49.

<sup>8</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 50.

<sup>9</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 47.

<sup>10</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 51.

<sup>11</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Doc. 60.

8 xerafins para despesa da sua gente a quem dá mesa no mar; ao feitor de Goa, Francisco Corbineli, para pagar a Gaspar Fernandes 20 xerafins; ao feitor de Ormuz, Manuel da Costa, para dar a João Braga, por levar de Ormuz cartas e recado à Índia, 6 xerafins; ao mesmo feitor para dar a três rubões e um maleno que tinha ido para o Mar Roxo, 1 xerafim a cada um; ao mesmo feitor para dar a Garcia Fernandes, morador em Goa, e que para lá se dirigia de Ormuz, 5 xerafins por uma espingarda que se lhe havia tomado para mandar a el-rei, e, ainda ao mesmo, mais 6 xerafins por levar cartas para as fortalezas da Índia<sup>1</sup>.

De 16 do referido mês de Abril são mais quatro mandados para o dito feitor pagar a onze homens do mar que tem a Taforea o mantimento até o fim do mês, 90 reais por dia, que lhe competia haver à razão de 8 reais por cada pessoa, e para se dar a João de Mena 200 reais para pão fresco para ele e para a sua mesa, porque ia rondar a ilha; para se dar a Diogo Gonçalves de Alvito, que se havia perdido e que voltara depois de andar com os mouros, 2:000 reais para seu vestir, e outro para se dar ao comendador 200 reais de pão fresco para ir vigiar a ilha<sup>2</sup>.

\*

Na armada que em Março ou Abril do ano de 1516 partia para a Índia comandava a nau *Nazareth* João da Silveira, trinchante de D. Manuel e depois claveiro da Ordem de Cristo, poeta palaciano, cujos versos satíricos figuram no *Cancioneiro* de Garcia de Resende. Foi pouco feliz desta vez a viagem da nau *Nazareth*, como a de toda a armada, que navegou quasi sempre com ventos contrários, agitada por violentos temporais que afundaram a nau *Luz*, salvando-se a tripulação, 80:000 reais do dinheiro que levava e parte das mercadorias. Além deste naufrágio esteve em grande perigo e prestes a afundar-se também a nau *Nazareth*, havendo morrido muita gente e tendo ficado outra muito doente e alquebrada, como minuciosamente refere o capitão-mor João da Silveira, que ia nesta mesma nau, na carta que escreve a el-rei datada de Moçambique a 14 de Fevereiro de 1517<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Maço 56, Docs. 73, 74, 76, 78, 80 e 81.

<sup>2</sup> Idem, *ibid.*, Maço 56, Docs. 87, 88, 90 e 130.

<sup>3</sup> Idem, *ibid.*, Parte I, Maço 21, Doc. 35.

Em Moçambique invernou a armada e em Agosto seguinte chegava a nau *Nazareth* à barra de Goa, mal navegada e depois de ter sofrido, como no princípio da viagem, ventos contrários e um tempo pouco bonançoso. Além da sua tripulação, levava ela também a gente que se havia salvo da nau comandada por Francisco de Sousa Mancias, a qual se perdera nas ilhas de S. Lazaro.

Neste mesmo ano e poucos meses depois da sua chegada a Goa a nau *Nazareth* fazia parte da armada em que o governador da Índia Lopo Soares de Albergaria se dirigira ao Mar Roxo em 23 de Dezembro. Compunha-se ela, entre outros navios mais pequenos, das seguintes naus: a *Santa Catarina do Monte Sinai*, a *Sam Pedro* que ia então sob o comando de D. João da Silveira, a *Sam Mateus*, do comando de Afonso Lopes da Costa, a *Bastiana*, do comando de D. Garcia Coutinho, a *Sam Tomé*, do comando de Álvaro Barreto, a *Sam João*, do comando de Jorge de Brito, a *Santa Cruz*, do comando de Francisco de Távora, a *Froll da Rosa*, do comando de António Raposo, a *Trindade*, do comando de D. Álvaro da Silveira, e finalmente a nau *Nazareth*, que ia então sob o comando de D. Diogo da Silveira, o qual viera da ilha de Fernão de Noronha, tão celebrizada ultimamente com a heróica travessia do Atlântico pelos nossos gloriosos aviadores.

Dos sucessos que obrou esta armada nas paragens do Mar Roxo nos dá minuciosa noticia a carta que Dinis Fernandes dirige a el-rei D. Manuel em 2 de Janeiro de 1518<sup>1</sup>.

Pouco tempo se demorou João da Silveira na Índia, pois que no ano de 1519 regressava novamente ao reino na mesma nau *Nazareth*. Entre outras cousas e diversas mercadorias trazia ela a bordo 400 dobras de ouro e 110 peças de escravos para entregar aos officiais da Casa da Mina de Lisboa, como se diz no recibo passado por Pedro Anes, de Leiria, piloto da mesma nau, datado de Arguim a 27 de Julho do referido ano, em que elle declara ter recebido tudo isso de António Portocarreyro<sup>2</sup>.

É curiosa e de sumo interêsse a carta de quitação dada a Fernão Rodrigues de Castelo Branco, feitor da mesma nau *Nazareth*, datada de Evora a 12 de Fevereiro de 1520, do dinheiro, mercadorias e

---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, Maço 23, Doc. 6. *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acêrca das Navegações e Conquistas*, p. 407.

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 83, Doc. 69.

cousas que lhe haviam sido entregues tanto em Lisboa como na Índia. O seu teor é o seguinte:

«Mandamos tomar conta a Fernam Rodriguez Castello Branco, da feitoria da nao Nazare que foi á India na armada de que foi por capitam môr Joham da Silveira o anno passado de 516, de todo o dinheiro, mercadorias e cousas que lhe foram entregues, assi na nossa cidade de Lixboa, como na India, per nossos officiais, e do que se recadou da nao Luz o dito anno e o anno de 517. E achou-se ter recebido o seguinte: Item, em dinheiro 1.742:000 reaes, a saber: 1.680:000 rs. de Francisco de Sousa, capitam da nao Luz, que se perdeo, por 4:200 cruzados e 72 rs. de André da Silveira, tesoureiro que foi do dinheiro da nossa expeciaria; e 3040 marcos de prata do dito André da Silveira; e 4 calezes de prata dele que pesaram com as suas patenas 8 marcos; e 2:514 quintaes, 2 arrobas, 6 arrates de cobre de toda sorte, a saber, 1:844 quintaes, 3 arrobas, 6 arrates de Bastiam de Vargas que foi tesoureiro da nossa Casa da Mina, e 669 quintais, 3 arrobas que lhe foram entregues do que se arrecadou da dita nao Luz; e 602 quintais, 1 arroba, 8 arrates de chumbo do dito Bastiam de Vargas; e 7 quintaes, 4 arrates de aço delle dito Bastiam de Vargas; e 497 quintaes, 20 arrates de pedra hume, que recebeo do dito; e 51 quintaes, 3 arrobas, 22 arrates de marfim delle; e 2 quintaes, 3 arrobas de azougue, que recebeo de Gaspar Velloso; e 105 marcos e 2 arrobas, 25 arrates e terço de coral de toda sorte, contando aqui 41 quintaes que recebeo do que se recadou da dita nao Luz, e os mais recebeo de Joham de Figueiredo, tesoureiro da nossa expeciaria da dita Casa da India; e 6 quintaes, 1 arroba, 30 arrates, 14 onças, 1 oitava de coral lavrado do dito Joham de Figueiredo, contando 1 quintal e 1 arroba, 15 arrates, 14 onças que recebeo da nau Luz; e 1:439 covados e meo de veludo preto genoisco do dito Joham de Figueiredo, contando 15 covados que recebeo do dito André da Silveira; e 332 covados e sesma de escarlata de Frença do dito Joham de Figueiredo, contando 22 covados do dito André da Silveira; açafam, livros, papel, balanças, jembibre, cairodotes, sacas, e cousas de botica nomeadas e decraradas na recadaçam da dita conta, pela qual se mostrou . . . . elle dito Fernam Rodriguez nos dar de todo . . . . uma boa conta . . . . por bem da qual nós o damos por quite e livre . . . . Daça em Evora, a 12 de fevereiro, Joam do Porto a fez, anno de 1520»<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 44.º, fl. 48 v; *Místicos*, liv. 6.º, fl. 162 v. *Arquivo Histórico Português*, vol. II, p. 353.

No ano de 1522 a nau *Nazareth*, tendo por capitão D. Pero de Crasto, fazia parte da armada que havia de levar à Índia a noticia de ter morrido em 12 de Dezembro de 1521 o venturoso monarca D. Manuel, armada que além desta nau se compunha de mais duas, a *S. Miguel* e a *Conceição*.

Um dos últimos documentos que encontramos relativos à nau *Nazareth* é uma declaração, feita em 15 de Abril de 1522, pela qual consta que Domingos Fernandes, piloto da mesma nau, havia recebido de Artur Álvares, boticário, morador em Lisboa, uma caixa com vários remédios e mēzinhas, tais como: *diafruição, diasena, mēlito de tamaras, terebentina, xarope de mortinhos, enprasto contra rutura, assucar rosado, terra sigilata, unguento tutia, unguento de altēa, unguento de fuzo, unguento branco canforado, unguento populião, mel rosado, diaquilão magro, elutuarua senae, pós restritivos, pilulas fetidas, unguento apostolorum, unguento rosado, etc.*

Estas mēzinhas, indicadas nos róis que acompanham o documento e com os seus respectivos preços, deveriam ser entregues a Jorge Dias, escrivão da feitoria de Cochim, ou para as vender em qualquer parte dos *Brasis* ou *Índias* onde dobrassem o valor dos preços ali mencionados.

É este um documento curioso, que deve sobretudo interessar à história da medicina do tempo e aos médicos que se dediquem ao seu estudo, e por isso e para conhecimento dos interessados no assunto aqui damos conhecimento d'ele<sup>1</sup>.

Apesar de velha e de ter desempenhado um já longo e glorioso papel nas emprêsas marítimas dos mares do Oriente, continuou a nau *Nazareth* a servir com o mesmo denodo nas rotas do Estreito e do Mar Roxo, nas águas de Ormuz e na costa, já por ela tantas vezes singrada, do Malabar.

Poucos mais anos, porém, lhe foi dado viver, como no-lo indica a laeónica noticia que nos dá a certidão que abaixo transcrevemos e pela qual ficamos sabendo ter-se perdido a velha nau à entrada da barra de Goa, cidade que ela ajudara a conquistar. Assim desaparecia a nau *Nazareth*, depois de ter assistido como comparte aos maiores triunfos do immortal vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque, depois de o ter visto na sua ponte de comando, já doente, abatido e decrépito, mas sempre nobre e alevantado no seu ânimo de pala-

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre de Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 107, Doc. 67.

dino, pouco tempo antes de se transferir para a nau *Flor de la Mar*, a bordo da qual havia de morrer, entrando a barra de Goa, em 13 de Dezembro de 1515.

Eis o teor do documento a que aludimos:

«Certidam de como foy . . . . . certo em forma ao Vedor da fazenda de certa artelharja da naao nazare de cimquo barras de fierro em que entra huum quebrado e asy de huum camelo de fierro que fioram da nao Nazare que se perdeu nesta bara de goa /. tenho pasado e em forma ao snr. Vedor da fazenda certefico asy per mym Ffrancisco Caluo esprivam de seu almazem oje 4 de julho de 1526 — *Franciscuo Caluo*.

Toda esta artelharja conteuda nesta certidam . . . . he carregada em rreceita sobre . . . . . no livro segundo ao feitor e nom decrara de quem se recebeo soamente diz da nao nazare que se hi perdeu em goa certefico asy a vosa merce oje 13 dias d'agosto de 1527 — *Fernam Perez*»<sup>1</sup>.

\*

Foi também construída nos estaleiros da enseada da Pederneira uma outra nau mandada fazer por D. Gastão Coutinho, ali solenemente baptizada com o nome de *Nossa Senhora da Nazareth*, no ano de 1612, e lançada ao mar com a presença e sob a bênção do D. Abade Geral do mosteiro de Alcobaça, de mitra e báculo, assistido de grande número de religiosos da Ordem de S. Bernardo, de sacerdotes, de fidalgos, de pessoas da governança da côrte e do reino e da mais concorrida e selecta assistência.

A festa devia ter sido magnifica e feita com esplendente e desusada pompa, a julgar pela opulência e pelas grandes despesas que o fidalgo D. Gastão Coutinho costumava usar e despender no luzimento não só da sua pessoa, como da sua casa e dos seus criados. Assim no-lo atesta a carta de mercê que a favor d'ele vimos na Chancelaria de D. João IV e da qual extraímos os traços seguintes da sua biographia.

Filho de D. Henrique Coutinho, fidalgo que acompanhara D. Sebastião na desastrosa jornada de África e lá ficara cativo, prestou D. Gastão, como seu pai, relevantes e numerosos serviços ao seu país, servindo não só nas armadas de alto bordo e em quatro galés

---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 134, Dec. 56.

nas fronteiras de Ceuta e de Tânger como também em terra, entrando em vários combates de que saíra ferido com uma lançada.

Na armada que em 1618 fôra de socorro à Galiza dera D. Gastão três pagas adiantadas a duzentos homens de guerra, afora outra gente de mar que levava também por sua conta, dando mesa a muitos fidalgos e a pessoas nobres da sua companhia. Foi um dos mais denodados e entusiastas entre os conjurados de 1640 e, após o triunfo da revolução que colocou no trono o Duque de Bragança, encarregado logo do governo das armas da província do Minho, cujas praças fortificou e defendeu, fazendo por vezes audaciosas incursões nas terras da Galiza. Na campanha do Alentejo foi-lhe também confiada a guarda de Olivença, nomeado alcaide-mor de Tórres Vedras e depois governador de Tânger. Pelos serviços distintos de seu pai e de seu irmão D. Diogo Coutinho, que morrera ao serviço da pátria nas nossas possessões indianas, gozava D. Gastão Coutinho do privilégio da capitania-mor duma nau da Índia.

Assim se justifica pois a sua presença na magnífica festa que êle promovia ao ser lançada ao mar, sob a invocação da Virgem da Nazaré, a nau de que êle havia de ser capitão-mor, cargo que pouco depois renunciava com autorização e por carta de mercê do monarca D. João IV, que dessa forma quis premiar os seus muitos e valiosos serviços<sup>1</sup>.

Nesse mesmo ano aprestava-se a nau *Nazareth*, com outras quatro naus, para sair para a Índia, levando como capitão-mor D. Jerónimo de Almeida que para essa missão fôra escolhido por D. Gastão Coutinho, conforme a faculdade que na aludida carta de mercê lhe era também conferida, de poder escolher livremente pessoa que tivesse qualidades para servir de capitão-mor das naus da Índia, mediante a aprovação do monarca.

Essas qualidades possuía-as em larga cópia D. Jerónimo de Almeida, que à nação prestara, e havia de prestar depois também, valiosos e importantes serviços nas armadas de alto bordo na Índia e em Malaca, na conquista de Ceilão, onde ficara ferido de um pelouro de mosquete no braço esquerdo, procedendo como valente soldado; no encontro com os holandeses quando ia embarcado no socorro de Malaca; em ter mandado construir na ilha de S. Tomé uma guarita à sua custa, para melhor defesa da sua fortaleza, e em

---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 16.º, fls. 232, 293 v, 316 e 320.

outros serviços distintos pelos quais merecera a capitania de Mombaça com a costa de Melinde<sup>1</sup>.

Entre as naus que compunham esta armada lançaram-se sortes sobre qual delas iria por capitania, recaindo a escolha na nau *Nazareth* que logo arvorou o respectivo estandarte, partindo todas para Belém e daqui à Índia, onde chegaram depois de próspera viagem.

Pouco tempo esta armada se demorou no Oriente pois que no ano seguinte já ela estava de regresso ao reino, trazendo como capitania a mesma nau *Nazareth* e vindo todas elas carregadas de ricas mercadorias. Esta nau e a *Conceição*, navegando sempre ao largo da costa, aportaram com dificuldade à ilha de Santa Helena, não podendo ver que na outra parte da ilha, e encoberta por ela, se encontravam cinco naus holandesas à sua espera, muito grandes e fortes e com poderosa artilharia. Travou-se entre todas elas renhida peleja que terminou com gloriosa vitória para as nossas naus, especialmente para a nau *Nazareth*, que conseguiu meter no fundo uma das maiores naus inimigas, desaparelhando-lhe outra, à qual derrubou o castelo da proa, e obrigando todas as outras naus holandesas a pôr-se em desordenada fuga, com perda de gente e muito desmanteladas.

Era de ordinário na ilha de Santa Helena, pôrto de escala das naus que vinham do Oriente abarrotadas de pimenta e especiarias, que os navios holandeses, ávidos de boas presas, esperavam as nossas incautas e desprevenidas naus para caírem sobre elas, roubando-as e maltratando os seus tripulantes. Estes roubos e assaltos de holandeses, bretões e franceses, que cruzavam o mar na altura dos Açores e percorreram depois ostensivamente as costas de Portugal, do Brasil e da África, foram, como adiante diremos, uma das causas do enfraquecimento do nosso vasto poder marítimo e comercial que se estendia da Europa ao Cabo da Boa Esperança, a Moçambique, a Ormuz, a Surate, a Malaca, até as Molucas e à China<sup>2</sup>.

Conta um manuscrito, que se guarda no arquivo da Casa da Nazaré, que no mais aceso da luta que as naus portuguesas travaram com as holandesas na referida baía de Santa Helena, como acima dissemos, muitos tripulantes haviam feito solenes promessas e votos à padroeira da nau que ia por capitania, a qual levava a bordo a bandeira da Senhora representando a lenda milagrosa do cavaleiro prestes a despenhar-se do alcantilado rochedo do promontório sobranceiro à praia.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 19.º, fl. 335 v.

<sup>2</sup> A. M. de Sande Vasconcelos, *Paisagens do Mar*, p. 45.

Após o regresso ao reino muitos dos seus officiaes e tripulantes visitaram com effeito o santuário, como certifica o seu capelão, entregando o bravo capitão-mor D. Jerónimo de Almeida ao mesmo capelão e administrador da casa da Nazaré, o padre Brito Alão, as seguintes esmolas: «um fardo de anil que se vendeu para as obras, um pedaço grande de beijoim para serviço do altar e cinco fardos de canela»<sup>1</sup>.

Além destas naus, de cuja história acabamos de dar ligeira noticia, outras embarcações com o mesmo nome registam os documentos do século XVI, também feitas nos estaleiros da Pederneira. A nau *Nazareth pequena*, que serviu na Índia e a respeito da qual vimos referências nas *Lendas* de Gaspar Correia, e o navio *Nazareth* que serviu nos portos do norte d'Africa, às ordens dos capitães e governadores das nossas fortalezas da Mauritânia<sup>2</sup>.

Com o nome de *Nossa Senhora de Nazareth* foi também baptizada a fragata que, entre outras missões nos mares das nossas colónias, saiu do reino em 30 de Setembro de 1773 com a embaixada enviada a Marrocos, levando como embaixador José Rolim Wandek, e cujo fim era assentar as pazes com o príncipe daquele estado barbaresco. Cinco dias depois desembarcava esta embaixada no porto de Mogador, em trânsito para a capital de Marrocos, onde foi recebida com todas as honras e respeito, conforme a narração que dessa jornada nos faz Frei João de Sousa<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> José de Almeida Salazar, *ob. cit.*

O capelão a que acima se faz referência é o Dr. Manuel de Brito Alão, abade de S. João de Campos, bacharel em cânones e natural da Pederneira. É autor do livro: *Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Nazareth, grandezas de seu Templo e Sítio, Casa, Jurisdição junto à Villa da Pederneira*.

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte II, Maço 48, Docs. 16 e 66; Maço 64, Doc. 3.

<sup>3</sup> Codica <sup>CXI</sup>/<sub>292</sub> a Bibliotheca Pública Eborense — *Relação da Jornada que á Cidade de Marrocos fez José Rolim Wandek, capitão de Mar e Guerra das Armadas Navaes do Muilo Alto, Poderoso, Fidelissimo Rey D. José 1.º Nosso Senhor com o character de Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima a El-Rey de Marrocos, saindo do porto de Lisboa em 30 de Setembro de 1773. E do mais que succedeo e se observou nestu Embaixada antes e depois da morte do dito Ministro naquella Corte; e do que se praticou ultimamente na retirada para Safy, onde se fez o embarque da comitiva desta Expedição para o sobredito porto de Lisboa, ao qual se chegou em 15 de Fevereiro de 1774. Ajunta-se no fim um Summario curioso. Escreveo-a o Padre Frei João de Sousa, Religioso da Ordem Terceira de S. Francisco da Provincia de Portugal, Secretario, o Interprete da mesma Embaixada.*

Em fins do século XVI começava a decadência da vila da Pederneira e, dos seus estaleiros, decadência que mais se acentuava em princípios do século XVII devida às causas gerais filiadas na perseguição que os mouros, franceses e normandos faziam aos nossos navios que, como atrás dissemos, vinham para o reino carregados de pimenta e outras especiarias, de ricas e variadas mercadorias asiáticas. Entre todos estes povos distinguiam-se especialmente os holandeses na luta que faziam às nossas possessões da Ásia, da África e das costas do Brasil, com o fim de nos esbulharem do monopólio do comércio que com elas mantínhamos e que despertava a sua inveja e cobiça. Além destas causas gerais a decadência da vila da Pederneira, no tempo a que aludimos, teve como causas especiais e mais próximas os frequentes ataques que as naus destes povos faziam em todo o litoral do país, captivando no mar os pescadores, tomando lhes as suas embarcações e os aparelhos de pesca. A audácia desses piratas chegou ao ponto de atacarem as próprias povoações da costa, como a Pederneira, Selir, Peniche e outras, roubando das desprevenidas casas dos pescadores desde o dinheiro até as mínimas e desvaliosas peças do seu vestuário.

No provérbio «Anda mouro na costa», diz Pinheiro Chagas, se conserva a tradição do sobressalto constante em que estavam os habitantes da nossa zona marítima com receio das saltadas dos piratas mouros. O provérbio «Isto é roupa de franceses», diz o mesmo escritor reportando-se à afirmativa de Fernando Palha, parece fazer lembrar as represálias a que os nossos recorriam para se vingarem dos corsários desse país<sup>1</sup>.

Com o fim de perseguir e castigar estes actos de pirataria, que punham em constante perigo e alarma os nossos mareantes e pescadores, alguns cruzeiros fizeram as caravelas da Nazaré, nomeadamente um às ilhas dos Açores no ano de 1666 por mandado do Conde de Atouguia, a quem esteve por algum tempo confiada a jurisdição e o comando do porto da Pederneira. Assim o testemunha a carta do mesmo titular, datada de 1 de Junho do referido ano, sobre o dito cruzeiro às ilhas contra os corsários, que não foram afinal encontrados, determinando-se nela também ao ouvidor de Alcobaça que

<sup>1</sup> Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. IV, p. 146.

não devia intrometer-se nas vigias da Pederneira por estar encarregado do seu serviço o sargento-mor<sup>1</sup>.

É a respeito destes assaltos curiosíssimo e de sumo interesse o inquérito que se fez na vila da Pederneira, em 8 de Novembro do ano de 1536, nas casas de pousada do licenciado Agostinho Cerveira, perante o qual compareceram diferentes marinheiros da dita vila acusando os bretões e normandos, vassallos do rei de França, de vários roubos. Depõe, em primeiro lugar, um marinheiro da Pederneira chamado Vicente, dizendo que indo com outros para Bilbao com uma sua caravela de cinqüenta toneladas, de nome *Nazareth Nova*, carregada de sal, fôra a mesma assaltada e tomada em Agosto de 1513, entre Santa Marta, na costa da Galiza, por uma zavra de bretões vassallos de el-rei de França, que lhe levaram a dita caravela com todas as mercadorias, deixando-lhe apenas um batel no qual viera para terra com os seus companheiros. Além de 600\$000 réis que havia na dita caravela computava-se êsse roubo nas seguintes quantias: cem cruzados, preço que poderiam valer em Bilbao cem dúzias de pescadas que levavam para ali vender; 60\$000 réis, preço de sessenta moios de sal, e 150 cruzados, valor do resto que haviam levado e que constava dos fatos e arcas dos marinheiros, camas, mantimentos, carta, compassos e a agulha de marear.

Desta tomada não resultara morte alguma, mas haviam sido todos espancados e mal tratados pelo capitão da zavra que se chamava Savary. O mesmo marinheiro Vicente contou que de outra vez, indo do pôrto de Salir para Lisboa Álvaro Mena e outros em uma caravela sua, no mês de Outubro de 1522, entre aquele pôrto e a Berlenga fôra a dita caravela tomada por outra zavra de bretões de São Malo, da armada do rei de França, que lhe roubaram, entre outras cousas, uma vela nova, duas amarras, dois estréns, os aparelhos da mesma caravela e um quintal de ferro, tudo no valor de 20\$000 réis, e ao mestre e aos marinheiros os fatos, camas, mantimentos e outras cousas no valor de 20\$000 réis.

Nesta tomada não houvera igualmente mortes nem ferimentos, mas bofetadas e pancadas dos bretões, de que se não queixara perante as justiças francesas por saber que naquele país se não fazia a devida justiça destes roubos. Seguem-se depois os nomes dos marinheiros da Pederneira que haviam assistido às referidas tomadas.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, Maço 107, Doc. 131.

Depõe em seguida Álvaro Rodriguez, morador em Aljubarrota, dizendo que indo com um navio de Lourenço Gomes, de Verride do Mondego, com muita soma de linho para Lagos, fôra o dito navio tomado no mês de Outubro de 1528, nas alturas do Cabo de S. Vicente, por uma nau de franceses da armada do rei de França, que lhe haviam roubado tudo o que levava no valor de 30,5000 reais. Cristóvão Álvarez Petite, mareante da Pederneira, depõe também dizendo que vindo da cidade de Lisboa em uma sua caravela por nome *Santo Antonio*, no mês de Janeiro de 1529, entre a «*Roca de SSymtra*» (Cabo da Roca) e as Berlengas, fôra a mesma caravela tomada por um navio de franceses da armada do rei de França que lhe leyaram tudo o que trazia, em que entravam sete quintais de ferro que lhe haviam custado 5,5000 reais, uma arroba de chumbo, quatro cordas de linho, duas peças de linhas, uma manta, um pelote, camisas, um barrete, uma espada e outras cousas, o que tudo poderia valer 2,5550 reais.

A êste segue-se Pero Amtam, mareante, também da Pederneira, que diz que indo êle e outros da referida vila para Lagos em uma caravela sua chamada *Nazareth*, carregada de tabuado, em Agosto do ano de 1528, fôra a mesma caravela tomada nas alturas de Sagres por doze naus de franceses de que era capitão-mor João Florym, os quais haviam roubado tudo o que ela levava entrando oito dúzias de tabuado que valiam 8,5800 reais, à razão de 1,5100 reais a dúzia, mais sessenta dúzias de tabuado pequeno que valiam 7,5200 reais, à razão de 120 reais a dúzia, uma âncora que valia 1,5000 reais, cordas, enxárcias, fatos e mantimentos, etc.

Pero Luís, o velho, mareante, da Pederneira, depõe também dizendo que tendo ido com outros mareantes da mesma vila, no mês de Agosto de 1525, com uma caravela por nome *Nazareth* carregada de madeira para Lisboa, fôra esta assaltada e tomada por uma zavra de bretões da armada do rei de França, queixando-se também o mesmo que indo de outra vez Gonçalo Anes, da mesma vila, em uma caravela sua que tinha o mesmo nome, no mês de Agosto de 1528, carregada de madeira, da Galiza para Lisboa, fôra esta assaltada por três naus de franceses que lhe haviam roubado o batel da mesma caravela, uma vela com seu mastro, fato, camisas e outras cousas miúdas dos marinheiros.

A êste segue-se João Ramos, carpinteiro da Ribeira e morador na Pederneira, que se queixou de que, indo êle com outros em um navio carregado de sal para a Galiza, no mês de Setembro de 1524, através da Cezarga da Galiza, fôra o dito navio tomado por uma nau

de franceses que levaram dele ferramentas e roupas, conseguindo ir até Luarda. Dali regressaram com madeira ao porto de Santa Maria, onde o dito navio fôra carregado com vinho, sal e mel para Galway, na Irlanda, em cuja costa e nas alturas do Cabo de Crara (*Clara*), fôra o dito navio perseguido por um galeão e uma nau de franceses que o forçaram a encalhar no rio de *Valyntj moor* da Irlanda e o roubaram, levando dele todas as mercadorias e ferramentas.

Beatriz Rodrigues, mulher de Diogo Gil, mareante da Pederneira, queixou-se de que vindo o dito seu marido de Inglaterra para a cidade do Porto em um navio carregado de panos e de fitas, no ano de 1529, nas alturas do Cabo de Finisterra, fôra o dito navio tomado por uma nau de franceses que roubaram e levaram tudo, o que trazia, o mesmo succedendo doutra ocasião a uma caravela em que vinha o dito seu marido com outros mareantes, de regresso de Lisboa para a Pederneira, caravela que fôra da mesma sorte assaltada e roubada na altura das Ilhas Berlengas.

Gil Fernandes, mercador, também da Pederneira, queixou-se igualmente de que vindo uma caravela sua, em Agosto do ano de 1530, de Lisboa para a dita vila, fôra tomada e roubada por uma nau de franceses no mesmo sitio das Berlengas, tendo tido a mesma sorte uma outra caravela sua que ia para o Algarve, também assaltada e roubada nas alturas do Cabo de S. Vicente, em Setembro do mesmo ano.

Lucas Dias, da Pederneira, queixou-se também de que vindo ele com outros da Galiza para Lisboa em uma caravela do licenciado João Negrão, carregada de madeira, fôra a mesma assaltada e roubada, no mês de Julho de 1530, por uma nau de franceses e bretões, entre a cidade do Porto e Aveiro.

Seguiu-se a este Vicente Vaz, também mareante da Pederneira, que se queixou de que vindo também da Galiza com uma caravela do referido licenciado João Negrão, carregada de madeira, fôra também assaltada e roubada no mesmo sitio da nossa costa, no mês de Julho de 1535, por outra nau de franceses.

Cristóvão de Almeida, também mareante da Pederneira, faz da mesma forma a sua queixa de que, indo para a cidade de Lisboa com uma caravela de nome *Nazareth*, no mês de Agosto de 1523, fôra a dita caravela assaltada por uma nau de franceses nas alturas do cabo da Roca, roubando-lhe as velas, âncoras, amarras, aparelhos, roupas, mantimentos, etc., tudo no valor de 305000 reais.

Segue-se-lhe Mécia Fernandes, mulher de Domingos Luís, mareante da mesma vila, que se queixou de que vindo o dito seu marido

da Galiza para Lisboa com uma caravela do referido licenciado João Negrão, carregada de madeira, fôra também assaltada e roubada no mês de Julho de 1535, nas alturas da costa entre o Pôrto e Aveiro, por uma nau de franceses.

João de Almeida Negrão, mareante da mesma vila, disse que vindo de Lisboa para a Pederneira com uma caravela de Cristóvão de Almeida, de nome *Nazareth*, fôra n mesma assaltada e roubada por uma nau de franceses, em Agosto de 1523, nas alturas da Roca de Sintra.

Cristóvão Fernandes Freire, mareante da mesma vila, conta que uma caravela em que vinha, e que se dirigia de Lisboa para a Pederneira, fôra também assaltada e roubada por uma nau de franceses nas alturas das Berlengas.

Álvaro Pires Carvalho, da Pederneira, depõe também queixando-se de um outro assalto e roubo duma nau de franceses, quando se dirigia com a sua caravela, de nome *Santa Maria*, da Galiza para Lisboa, nas alturas do Cubo Finisterra e em Junho de 1531.

Branca Gil, mulher de Cristóvão Pires, também da Pederneira, conta que indo seu marido desta vila para Lisboa em uma caravela de Cristóvão de Almeida, a qual tinha o nome de *Nazareth*, no mês de Agosto do ano de 1523, fôra a mesma caravela assaltada e roubada, nas alturas da Roca de Sintra, por uma nau de franceses.

Domingos Martins, mareante da mesma vila, vindo do Algarve para a cidade do Pôrto em uma sua caravela, de nome *Santa Maria dos Anjos*, carregada de esparto, em Agosto do ano de 1536, fôra a dita caravela tomada por uma nau de bretões do pôrto de S. Malo, que, além dos roubos, haviam espancado e maltratado os tripulantes.

Fernando Anes e Gonçalo Domingues, irmãos, ambos moradores na Pederneira, queixaram-se de que indo eles com outros desta vila para a Galiza em uma caravela do primeiro a buscar frete, nas alturas dos Aguilhões, de Santa Marta da Galiza, no mês de Julho do referido ano de 1536, fôra a dita caravela tomada por uma zavra de bretões de *Nashuyque*, roubando fatos e outras cousas no valor de 45000 reais.

Luís Martins, mareante, da mesma vila, queixou-se de que vindo da cidade de Lisboa para a Pederneira em uma caravela sua de nome *Santo Christo*, surta no pôrto de Peniche, fôra aí mesmo a dita caravela tomada por uma nau de franceses, no mês de Janeiro de 1530, que haviam roubado velas, remos, fatos, dinheiro e outras cousas.

Maria Fernandes, mulher de Bastião Fernandes, mareante, da Pe-

derneira, depõe também acêrca da tomada e roubo de uma caravela, por nome *Nazareth*, no mês de Julho ou Agosto de 1532, nas alturas do Ferrol, roubo avaliado em 445000 reais.

Finalmente depõe no referido inquérito Manuel Neto, mareante de Cezimbra, então no pôrto de Selir, de que vindo Luís Gonçalves, seu genro, de Lagos para aquela vila, no mês de Agosto do dito ano de 1536, em uma caravela, fôra esta tomada e roubada por uma nau de bretões da armada de el-rei de França, da qual haviam levado dinheiro, fato de terra e do mar, mercadorias de alguns passageiros e outras cousas.

Assim termina o curioso inquérito que encontramos em uma das collecções do nosso Arquivo Nacional, interessante, como se vê, não só para comprovar o que acima dissemos acêrca dos perigos a que estavam expostos os mareantes e o desânimo que nas nossas prósperas vilas e povoações costeiras vinham lançar tam freqüentes e audaciosos roubos, como também pelas noticias que do mesmo inquérito ressaltam sôbre as viagens das caravelas dos mareantes da Pederneira, pôrtos que com mais freqüência visitavam e a espécie de tráfico mercantil que deles e para elles as mesmas caravelas costumavam fazer<sup>1</sup>.

Como sinais do período de esplendor que outrora tivera a enseada da Pederneira na activa faina dos seus remolares, dos seus carpinteiros e calafates, poucos restam hoje dignos de memória. Em fins do século XVIII ainda ali existia uma espécie de arsenal ou armazém, um grande quintal murado de pedra e cal com dois arcos, um da parte do norte, outro da parte do sul, com telheiros e acomodações que serviam para neles se recolherem as ferramentas, utensílios e madeiras próprias para a construção das naus e para o serviço dos arsenais reais. Quando na Pederneira deixaram de se construir naus ficou este armazém servindo de depósito de madeiras que vinham dos pinhais de Leiria e que neste pôrto embarcavam para Lisboa, pelo que conservou por muito tempo o nome de «Paço Real das madeiras». Este depósito parece que passou depois para o chamado Rossio da vila até que cessou de todo por volta de 1820, por começarem desde então a ir directamente as madeiras até o pôrto de S. Martinho, para daí embarcarem para Lisboa.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, Parte I, Maço 58, Doc. 4.

Em compensação, à decadência do velho burgo da Pederneira começou a corresponder um maior incremento da vizinha povoação da Praia, cujas casas aumentam consideravelmente em fins do referido século XVIII, muitas das quais construídas à custa dos materiais das abandonadas casas daquela vila.



Barcas dos galeões que chegaram com peixe

As construções marítimas, outrora tam importantes na enseada da Pederneira, como vimos, estão hoje reduzidas apenas ao fabrico dos *barcos*, *batéis* e *batelinhos*, embarcações que os pescadores usam na pesca das diferentes espécies de pescaria, feitas de madeira de pinho, com as quilhas de sôbro, pelos quinze calafates que aproximadamente hoje se podem contar na Nazaré. Na pesca da sardinha por meio de armações valencianas usam-se as *barcas* e na pesca chamada de arrasto os *barcos*, de cujos tipos damos um pequeno esbôço nas gravuras que ilustram este trabalho<sup>1</sup>. Nos cercos chamados americanos empregavam-se os *galeões*, hoje abandonados não só pelo seu grande pêso mas também porque se não podiam refugiar em ocasiões

<sup>1</sup> À amabilidade do nosso amigo, distinto fotógrafo amador, Álvaro Laborinho, devemos as fotografias que aqui se reproduzem, pelo que lhe consignamos o nosso agradecimento.

dê temporal, visto não haver doca de abrigo; fôram por isso substituídos pelas *lanchas* segundo o sistema usado na Póvoa de Varzim, onde são fabricadas.

Os *batéis* são empregados na pesca do peixe grosso, no mar largo, e os *batelinhos* na pesca da lagosta e das espécies da fauna miúda que vive nas proximidades da costa.



Batelinho do alto preparando-se para entrar no mar

Cada barca tem uma tripulação de quinze homens, os batéis grandes entre dezóito a vinte, os batéis médios de doze a quinze e os chamados batelinhos de cinco a sete homens. Os nomes das diferentes embarcações são ainda, na sua maior parte, de origem religiosa, porque o pescador da Nazaré, como em geral o homem do mar, é supersticioso e crente, religioso e espiritualista. No meio dos perigos que constantemente os rodeiam, acostumados a ver a morte nas ondas alterosas que tantas vezes ameaçam levá-los para o fundo abismo do mar, os pescadores olham lá de longe cheios de fé para as tórras da igreja da sua santa padroeira que lhes faz recordar, numa visão rápida, a terra, a humilde choupana e as comovidas e enternecedoras alegrias da família. No seu carácter rude, mas bom, franco e leal, existe pois um fundo de religiosidade, de confiança providencial, que lhe estimula a audácia nos duros combates com o fragor embravecido das ondas e que lhe dá aquêlê admi-

rável sangue frio, aquela serena tranquilidade com que elle confia a sua vida, numa frágil e pequena embarcação, a esse mar tantas vezes traiçoeiro, tam profundo, tam infinito e grandioso.

O nome *Seja o que Deus quiser* é, pois, vulgar na terminologia dos barcos da Nazaré. Além d'este tomamos nota dos seguintes: *Fé em Deus—Tudo manda Deus—Jesus Cristo—S. Pedro nos guie—Nossa Senhora da Encarnação—Nossa Senhora da Nazaré—S. Gabriel—Onze mil Virgens te acompanhem—S. José—Senhora da Memória—Natal—Bom Fim—Galileu—Bela Aurora—Boa Nova—Flor do Atlantico—Petinga—D. Fuas—Almirante—Sultana—Josefina—Delicia—Mar da Vida—Guadiana—Foca—Berlenga—Angola—Ilhas das Flores—Algarve—Luz do Sol—Cêrco Liberal—República Portuguesa—Cêrco Esperança—Cêrco Igualdade—Cêrco Liberdade—Barca Furaó—Dulce—Venturosa—Donzela—Lidadora, etc., etc.*

Desde muito novo se acostuma o pescador a lidar com a faina da pesca e a conhecer praticamente, pela influencia dos ventos e pelo apparecimento de certos sinais atmosféricos, os caprichos e as *rabugens* do mar. Dos doze anos em diante já a criança embarca e sabe que quando o sol leva o chamado *olho de boi* é prenúncio de mau tempo e de mar agitado. Pelo marulhão, que é o fenómeno que se observa quando as águas começam a encrespar, um pouco diferente das vagas, presumem os pescadores o rumo que o vento vai tomar. O chamado de travessia é o de oeste, o do noroeste é o que produz mais vagas; de todos elles o mais temido é o do sudoeste que, de um momento para o outro, agita logo a superficie das águas num movimento incertô, elevando muitas vezes a vaga a grande altura. As correntes marítimas, *aguagens*, conhecem-nas igualmente à simples vista e mesmo sem o auxilio dos aparelhos de pesca. Se as correntes vão contra o vento é fácil observá-las pela *mareta*, isto é, um certo encrespar da superficie das águas, que pelo contrario se tornam brandas e lisas como a superficie dum lago se o vento sopra de feição.

Começando desde tam tenra idade a conhecer os segredos da sua arte e a vida do mar não admira, pois, que os pescadores se orientem nele como nas ruas conhecidas do Sítio ou da Praia, ou como os lavradores do norte do Alentejo sabem distinguir no campo as suas courelas e tapadas. O mar tem pois também os seus nomes e designações especiais, e assim como as terras apresentam aptidões agrológicas e culturais diferentes, assim também o mar tem variedades, não só quanto aos nomes como à espécie de fauna caracte-

rística que produz cada uma das suas divisões e parcelas<sup>1</sup>. Conseqüentemente em cada um desses pequenos mares, cujos nomes, constituição e profundidade o pescador muito bem conhece, elle sabo por experiência o modo de pesca que deve empregar: à *linha*, nas regiões da pescada, do peixe espada, do pargo etc.; para o goraz, o *espinel*, ou uma linha com o nome de *groseira*, à qual se ligam em toda a sua extensão, como espinha dorsal, outras pequenas linhas com anzóis; as *xávegas*, *netas* ou rêdes de arrasto, para a pesca do carapau; a *chumbada*, ou aparelho com dois anzóis; etc. Na pesca da sardinha usa-se o sistema dos cercos americanos, indústria explorada por emprêsas em que cada sócio é obrigado a dar o seu trabalho manual ou um homem por si, homem que costuma ganhar 75 por cento dos lucros divididos por cada quinhão. A divisão dos lucros, quando os há, é feita de 15 em 15 dias na temporada da pesca, ou seja de meados de Março a fins de Setembro, e sempre que se procede a essa operação reserva-se um quinhão para a *Santa da Companhia*, ou seja uma verba para distribuir na ocasião do Carnaval ou da solenidade da procissão dos Passos. O sistema de repartição dos lucros entre os pescadores é em geral o seguinte: um quinhão para cada pescador, sem outro ordenado; três quinhões para o batel; e um ou dois quinhões para o aparelho de pesca. No fim da semana

<sup>1</sup> As espécies mais vulgares da fauna marítima da costa da Nazaré são conhecidas pelos seguintes nomes:

#### Peixes de escama

*Pescada—Cherne—Corvina—Robalo—Dourada—Pargo—Pargo môrro—Bica—Badejo—Abrótea—Ricardo—Juliana—Cantaril—Goraz—Cachuelo—Cardeal—Chaputa—Sargo—Sama—Besugo—Besugo trombudo—Xarrouco ou Peixe galo—Roama—Peixão—Bogas—Faneça—Chicharro—Carapau—Barbaruiva ou Peixelim—Sardinha—Boqueirão—Lavadinha—Ratinho—Peixe que salta ou Bêbedo—Ruivo—Cabrinha—Santo António—Bacamarte—Salmonete—Rodovalho—Solha—Linguado—Negrão—Mujo ourives—Tainha do mar.*

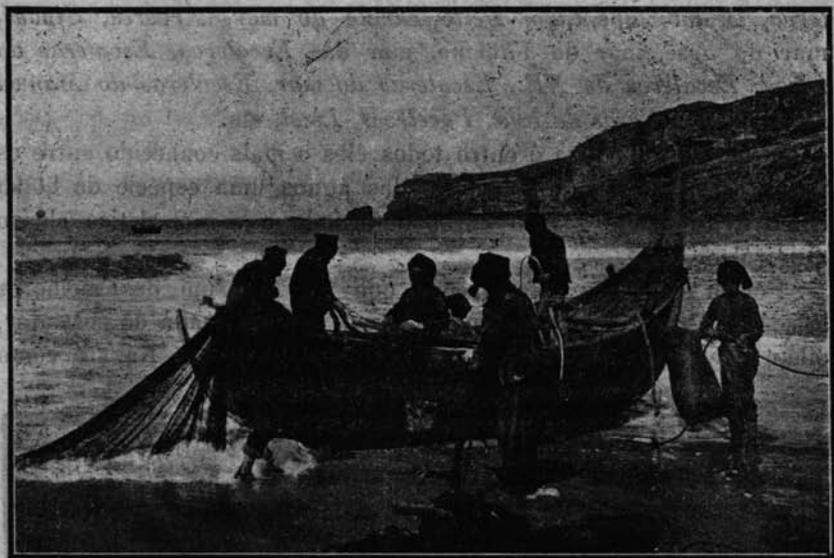
#### Peixes de pele

*Peixe rei—Safio—Safia—Moreia—Peixe espada—Anequim—Tintureira—Bôto—Peixe agulha—Espadarte—Atum—Abacora—Bonito—Cavala—Sarda—Albafar—Peixe prego—Corvel—Mandrião—Oufão—Lixa—Negra—Sapata—Quelme ou Ruimundo—Olho branco—Cascarra—Cação—Melga—Ferenho—Escobafete ou Peixe cagão—Letão—Pala roxa—Urega—Parda—Urja—Raia—Tamboril—Peixe anjo.*

#### Mariscos

*Lagosta—Lavagante—Caranguejo—Carangueja—Burro—Santola.*

soma-se o lucro total e deduzem-se as despesas feitas com as juntas de bois que puxam os barcos, com a isca que compram, que é geralmente de sardinha ou lulas, com o imposto de pescado, 1 por cento para o paredão da praia e 1 por cento para o cofre do município.



Companha de xávega, metendo a rêde

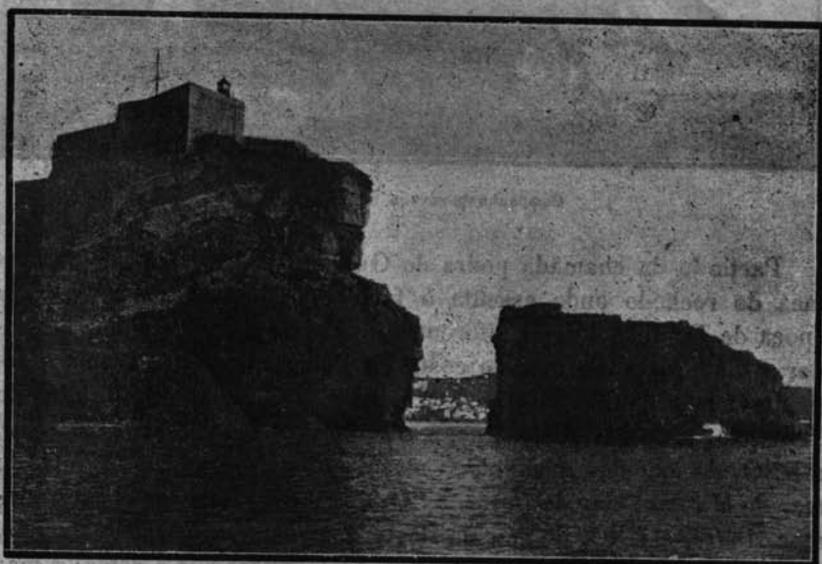
Partindo da chamada pedra do Guilhim, pedregulho que se destaca do rochedo onde assenta o farol e o forte de S. Miguel, da época de D. João IV, as diferentes divisões e parcelas que os pescadores distinguem no mar da costa da Pederneira tem os nomes seguintes: mar do *Cidral*, mar do *Trompão*, a O.; mar *Rico*, ao sul do Trompão; mar das *Almoinhas*, a SO. do mar Rico; mar de *Mirelas*, a NNO. do mar das Almoinhas; mar do *Bom Jesus Sagrado*, a O. do mar de Mirelas; mar da *Bosta*, a SO. do mar do Bom Jesus Sagrado; mar *André*, a ENO. do mar da Bosta; mar *Barretinho*, mar *Barrete*, *Mato*, *Sinal Vicente*, a ESO. do mar André; a seguir a estes: o mar da *Forcada*, *Pontado do Cêrro*, *Pontada de Santa Ana*, mar do *Paraíso*, mar da *Coroa*, mar dos *Craveiros*, *Pedra dos Peixões*, *Agobel*, *Baixo da parede do poço* e mar da *Gamela*.

Na parte sul da costa, ao sul da referida pedra do *Guilhim*, há uns sítios a que os pescadores chamam *Duros*, isto é, um fundo de caliça, como de areia petrificada, a que vulgarmente chamam *surraipa*, e que são, em geral, bons viveiros de safios. Estes *Duros*

têm também diferentes nomes, tais como: *Praia do norte apontada*, *Duro do Inácio*, do *Paulo*, etc. Seguem-se depois, na direcção do NE., o mar *Velho*, *Cuscalheira do mar velho*, mar do *Campo de Terrá*, *Canto do Hilário*, *Canto do meio*, na direcção do SO., o mar da *Pedra do Diogo*, *Baixo do mar velho*, *Peito cavalo de terra*, *Mulato apontado*, *Peito cavalo do mar*, *Árvores*, *Sinoné*, mar do *José*, mar do *Vitorino*, mar das *Escaleras*, *Escaleras da névoa*, *Escaleras de NE.*, *Escaleras do mar*, *Escaleras do Manuel Baptista*, *Escaleras da lula*, *Poceirões*, *Lisol*, etc.

O mar do *Paraiso* é entre todos elles o mais conhecido entre os pescadores, por ter à superfície das águas uma espécie de bôlha como a do azeite e com um pronunciado e característico cheiro a petróleo.

Foram estas as informações que nos deu um dos melhores arrais da Praia, Manuel Boquinha Laró, feição tiszada de pescador, olhar aberto, franco e leal, conhecedor do mar da Nazaré como



A chamada pedra do Guilhim, que se destaca do morro onde assenta o forte de S. Miguel

dos cantos da sua casa, e estando nele, quando calmo e chão, com mais comodidade «*do que se estivesse assentado numa boa cadeira*». Não há, traduzindo as suas palavras, maior alegria para o pescador do que estar no mar com bom tempo; enche-se de satisfação e canta, mas há porém uma hora em que nenhum deles deixa de sentir uma

profunda tristeza, é à hora do pôr do sol, quando o crepúsculo da tarde começa a lançar sobre a imensa vastidão do mar o véu das suas sombras. É bem então que o pescador se sente só e extremamente pequeno entre esses dois misteriosos e incomparáveis infinitos, o do mar imenso e profundo que se cava a seus pés e o do céu largo e grandioso para o qual êle dirige com fé a sua prece.

É na verdade a hora em que a vida do coração como que se aperta, em que a alma se recolhe e se concentra na doce emoção vaga e misteriosa, triste e indecisa que nos traz o desaparecer do dia.

É a hora melancólica do crepúsculo, a hora bemdita das Ave-Marias.

P. M. LARANJO COELHO.

### Três inscrições

#### I. — Inscrição romana da Tornada (Caldas da Rainha)

Lê-se no *Diário de Notícias*, de 5 de Junho de 1910, que numa vinha do lugar da Tornada, concelho das Caldas da Rainha, apparecêra uma lápide com uma inscrição que (lápide & inscrição) no referido jornal se reproduz na figura adjunta.

«As letras pontuadas, diz o articulista, não são bem legíveis; as outras sim».

Esta lápide, que estava a 30 metros de profundidade, cobria parte de uma sepultura em que havia um esqueleto com o cranio voltado para o Poente.

Discussão da inscrição:

Linha 1. Podia no fim existir S, mas vê-se dô artigo que não falta nada.

Linha 2. A última palavra é o gentílico *Allio* (dativo); ou quem copiou se esqueceu de copiar o I, ou este está incluso no L, assim: L.

Linha 5. As últimas letras podem ser IF; ou será só I.

Linha 6. Em vez do segundo R deve ser F.

Linha 7. A 2.<sup>a</sup> letra deve ser T.

Pelo que fica dito a transcrição é:

*D(iis) M(anibus). Marco Allio Balbo, annorum 30, Avita Marci (filia) mater f(aciendum) c(uravit). S(it) t(ibi) t(erra) l(evis)!*

